



**Ministério da Cultura**  
**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

**ATA DA 72ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO-03/04/2013**

1 Às 10h do dia 03 de abril de 2013, na Sede Nacional do Instituto do Patrimônio Histórico e  
2 Artístico Nacional, situado no endereço SEPSUL Entre Quadras 713/913, Ed. IPHAN, 5º  
3 andar, Sala do Conselho Gestor, em Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a 72ª Reunião do  
4 Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência da Presidente do Instituto do  
5 Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a deliberação da seguinte pauta: 1) Informes da  
6 Presidenta do IPHAN; 2) Aprovação das diretrizes pra Revalidação de Bens Culturais  
7 Registrados; 3) Proposta de Registro da Festa do Divino de Paraty; 4) Proposta de Tombamento  
8 do Edifício “A Noite”, Estúdio da Rádio Nacional, Rio de Janeiro. Presentes os conselheiros:  
9 Jurema Machado, presidente, Ângela Gutierrez, Breno Bello de Almeida Neves, Ítalo  
10 Campofiorito, Luiz Phelipe de C. Castro Andrés, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecília  
11 Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro, Nestor Goulart Reis Filho, Synésio Scofano  
12 Fernandes, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes – representantes da sociedade civil; Antonio  
13 Menezes Junior, representante do Ministério das Cidades, Carla Maria Casara, representante do  
14 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, Cícero Antônio Fonseca de  
15 Almeida, representante do Instituto Brasileiro de Museus, Eugênio Ávila Lins, representante do  
16 Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Gilson Rambelli, representante da Sociedade  
17 Brasileira de Arqueologia, José Liberal de Castro, representante do Instituto dos Arquitetos do  
18 Brasil, Roque de Barros Laraia, representante da Associação Brasileira de Antropologia.  
19 Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Arno Wheling, Marcos Vinícios Vilaça,  
20 representantes da sociedade civil. A Senhora Presidenta Jurema Machado abriu a reunião  
21 agradecendo a presença dos conselheiros, destacando que depois de algum tempo, se realizava  
22 uma reunião do Conselho com quórum elevado, presentes quase a totalidade de sua composição  
23 e, ainda, para discutir uma pauta bastante interessante. Em seguida, apresentou o novo  
24 secretário do Conselho, com as seguintes palavras: “Bom dia a todos e muito obrigada pela  
25 presença. Gostaria de apresentar, para aqueles que ainda não o conhecem, nosso colega Jorge  
26 Vinhas, novo secretário do Conselho, desde a saída da Dona Anna Maria, quando transferimos  
27 definitivamente as atividades do Conselho para Brasília”. Feita a apresentação, anunciou a  
28 Ordem do Dia e, em seguida, informou que faria alguns informes, um de ordem operacional

29 relacionado ao funcionamento do Conselho e outros sobre temas relevantes afetos ao IPHAN.  
30 Sobre o funcionamento do Conselho, apresentou as datas propostas para as três próximas  
31 reuniões: 4 e 5 de junho; 6 e 7 de agosto e, 5 e 6 de novembro, cumprindo, assim, a exigência  
32 do Regimento Interno do Conselho, que prevê, no mínimo, quatro reuniões ordinárias. Disse  
33 que as datas sugeridas permitiriam uma melhor previsão, de forma a poder contar com a  
34 presença de todos. O outro tema abordado foi a conclusão, por parte do IPHAN, da seleção de  
35 projetos para o PAC das Cidades Históricas. Falou do impacto do programa na revitalização de  
36 centros históricos e da relevância para a trajetória do IPHAN, pelo fato, notável, do Governo  
37 Federal ter liberado recursos no valor de um bilhão de reais para investimento em cidades  
38 históricas, investimentos previstos para três ou quatro anos de execução e, nessa primeira  
39 montagem do programa, para 44 cidades em 20 estados da federação. Segundo suas palavras,  
40 “as cidades foram selecionadas a partir de um esforço de identificação de prioridades que o  
41 IPHAN vinha fazendo desde 2009, a partir do qual, nós, entre final de fevereiro e meados de  
42 março, nos reunimos com as 44 cidades, elencando os projetos prioritários, que totalizaram  
43 uma demanda ainda muito superior a esse um bilhão embora esse já seja um montante que o  
44 IPHAN jamais teve em sua carteira de investimentos. Estamos passando por uma segunda fase  
45 de triagem, para podermos nos ajustar ao valor autorizado e dar início à execução. Tudo isso  
46 vai implicar na execução de um orçamento de investimentos que é pelo menos seis vezes o que  
47 o IPHAN executava por ano, implicando, portanto, um esforço enorme da sua mão de obra”.  
48 Sobre essa questão, falou do caráter emergencial da realização de alguns concursos temporários  
49 para montar uma equipe que possa fazer frente esse enorme desafio. Levando em consideração  
50 os impactos que um programa dessa natureza e dimensão produz, ponderou que isso justificaria  
51 uma apresentação do programa para os Conselheiros, mesmo não havendo necessidade de  
52 deliberação a respeito, mas apenas para ressaltar a importância de acompanhamento, por parte  
53 dos conselheiros, conforme discutido na 71ª reunião, em novembro passado. A presidenta deu  
54 prosseguimento à sua intervenção, passando a abordar dois outros temas que, segundo ela, têm  
55 sido objeto de muito debate na mídia nacional, iniciando com as seguintes palavras: “São  
56 informes necessários porque a imprensa nem sempre tem os dados corretos ou, quando os tem,  
57 os divulga parcialmente ou nem sempre tem acesso às fontes corretas. Esses dois temas são o  
58 Projeto Marina da Glória no Rio de Janeiro e, agora, o Jardim Botânico e o problema das  
59 ocupações particulares dentro da área tombada. Como eu disse, não são temas em discussão  
60 porque não há elementos para deliberar hoje, mas são informes necessários porque tenho  
61 recebido frequentes telefonemas de Conselheiros, além de ter conhecimento de circulação de  
62 informações em tom muito desrespeitoso para com o IPHAN, situação da qual o Conselho deve

33 estar ciente, bem como reagir, no meu entendimento, no sentido de somos um coletivo que  
64 preza e respeita essa instituição”. Passou, então, a abordar o caso Marina da Glória: “Houve  
65 uma divulgação de que o IPHAN autorizou a obra, tema noticiado pelo jornal Globo com a  
66 manchete “*Iphan autoriza o sonho de Eike Batista*”. Independente do impacto que o projeto  
67 possa vir a ter, esse tema é muito contaminado pelas rejeições ao empreendedor. O que houve  
68 concretamente? É importante fazer esse informe de forma bem pausada para que vocês  
69 entendam o histórico dessas decisões ou não decisões. Em maio de 2011, foi submetido  
70 previamente à Câmara Técnica de Arquitetura e Urbanismo, e depois ao Conselho, uma  
71 proposta de intervenção na Marina da Glória, de iniciativa desse mesmo empreendedor e de  
72 autoria do Arquiteto Índio da Costa. Tratava-se de um projeto que se desenvolvia em subsolos,  
73 com pouca ocupação acima do nível do terreno. Algo em torno 44 mil metros quadrados de  
74 área total construída, com grandes áreas de estacionamentos em subsolo. Esse projeto foi  
75 apresentado à Câmara e, posteriormente, ao Conselho. O Conselho aprovou esse estudo  
76 preliminar e recomendou o seu desenvolvimento e posterior apresentação do projeto executivo  
77 novamente ao Conselho. Ao invés de desenvolver esse estudo preliminar tal como o aprovado,  
78 o arquiteto fez uma segunda proposta e a apresentou ao IPHAN, dessa vez um projeto de 18  
79 mil metros quadrados de área construída, com uma forma arquitetônica análoga, mas com  
80 menos pavimentos no subsolo, solução que deu entrada na Superintendência do Rio de Janeiro,  
81 já no final de 2012. A Superintendência do Rio de Janeiro analisou essa segunda proposta à luz  
82 do que tinha como referência, ou seja, a aprovação por este Conselho em 2011, e fez  
83 questionamentos complementares, relativos à criação de uma passagem elevada de pedestres,  
84 ao aumento do número de *fingers*, à ocupação do bosque anexo ao edifício e da área de  
85 piqueniques, ao aumento de vagas de estacionamento e à ampliação do molhe da enseada.  
86 Porque digo isso? Porque, na verdade, os temas que são hoje objeto de grande debate como o  
87 uso e a dimensão do edifício, não foram sequer rediscutidos pela Superintendência, dado que  
88 seu corpo técnico considerou estar partindo de uma pré-aprovação pelo Conselho. O projeto  
89 foi rejeitado pela Superintendência com base nesses cinco elementos, nenhum deles, insisto,  
90 referente ao uso ou à área construída. O processo foi remetido a Brasília, onde o Departamento  
91 do Patrimônio Material e Fiscalização – Depam - solicitou ao proponente fazer novo ajuste nos  
92 cinco pontos que a Superintendência do Rio de Janeiro havia levantado e chegou-se a uma  
93 solução que seria, podemos dizer a terceira versão após aquela que o Conselho havia visto em  
94 2011. O empreendedor recebeu um documento de que aquela nova solução estava aprovada  
95 para desenvolvimento de projeto executivo, prevalecendo o previsto de nova submissão ao  
96 Conselho Consultivo após o seu desenvolvimento. Esses são os fatos que estão registrados no

97 processo, todos aqui documentados, de forma que quem quiser pode ter acesso. O que a mídia  
98 informa é: o projeto da Marina da Glória está aprovado; a obra da Marina da Glória vai ter  
99 início sem que tenha havido audiência pública, entre tantas outras afirmações de diversas  
100 ordens que não dizem respeito ao que cabe ao IPHAN. Há aí uma série de confusões. Primeiro,  
101 que não houve aprovação que permita execução da obra. Houve, sim, um posicionamento  
102 favorável com base em um marco inicial que havia sido visto, aqui, pelo Conselho,  
103 permanecendo a necessidade de uma nova avaliação pela Câmara e pelo Conselho Consultivo  
104 quando do projeto executivo. Segundo: ainda que a análise da Câmara e do Conselho  
105 Consultivo tivesse sido feita e fosse definitiva, uma aprovação do IPHAN não significa uma  
106 autorização de início de obra. Nenhum dos instrumentos legais que estiverem vigentes tais  
107 como estudos de impacto ambiental ou urbanístico, se houver, pode ser dispensado em razão de  
108 uma aprovação do IPHAN, ou seja, as exigências se superpõem. Por exemplo, se,  
109 eventualmente, a legislação ambiental ou a Lei Orgânica do Rio de Janeiro exigir audiências  
110 públicas, elas terão de ser feitas. Qualquer outro instrumento legal vigente no município do  
111 Rio de Janeiro, seja por determinação municipal, estadual ou federal, tem de ser acatado. Ou  
112 seja, aquela aprovação, assim como qualquer outra emitida pelo IPHAN, limita-se ao que diz  
113 respeito à proteção do bem tombado. Posteriormente fizemos uma reunião da Câmara Setorial,  
114 presentes os Conselheiros, Embaixador Azambuja, Ítalo Campofiorito, Jeferson Navolar e  
115 Nestor Goulart. Fizemos essa reunião em São Paulo, local de moradia do Conselheiro Nestor e  
116 de fácil acesso para os demais. Essa reunião não foi conclusiva. Sendo assim, não há o que  
117 apresentar a este Conselho, hoje, para deliberação. Como a ideia é fazer a reunião do Conselho  
118 em dois dias, destinando a véspera à reunião das Câmaras Setoriais, assim, nós devemos ter  
119 nova reunião da Câmara de Arquitetura e Urbanismo, salvo alguma excepcionalidade, no dia 4  
120 de junho próximo, apresentando, no dia seguinte, dia 5 de junho, a deliberação da Câmara para  
121 avaliação pelo Conselho. Com relação à Marina o informe é esse, não havendo qualquer  
122 desrespeito aos senhores, pelo contrário, um respeito absoluto ao que o Conselho havia  
123 deliberado até então, e no aguardo de nova avaliação da Câmara e do Conselho, sendo o  
124 Conselho soberano para validar ou rever suas decisões Nesse sentido, rejeito e considero  
125 inaceitáveis a as suposições desabonadoras e desrespeitosas com relação ao trabalho do  
126 IPHAN. O segundo ponto tem semelhança com o tema anterior no que diz respeito à forma  
127 como foi veiculado. Falo do Jardim Botânico e das ocupações residenciais e, também, das  
128 ocupações por instituições públicas que ocorrem naquela área. Em princípio, esse tema nem  
129 precisaria estar sendo motivo de um informe ao Conselho. Mais uma vez me refiro a uma  
130 matéria do Globo, de sábado passado, que utilizou uma expressão como "*IPHAN privatiza o*

131 *Jardim Botânico*” e autoriza a permanência de um dado número de moradias. O Jardim  
132 Botânico, acho que todos sabem, tem dois tombamentos federais. O primeiro, em 1938, e outro,  
133 em 1961, que agrega uma área mais extensa. O de 1938 corresponde ao Jardim tradicional com  
134 suas aleas seu projeto paisagístico original; o de 1961 agrega um grande maciço de área  
135 vegetada, que, naquele momento, acredito, já visava conter as ocupações no Jardim Botânico e  
136 imediações. Muitos dos tombamentos mais antigos feitos pelo do IPHAN aconteceram sem  
137 uma definição clara do perímetro da área tombada e muitas vezes sem sequer se explicitar, no  
138 processo, os valores que estariam motivando aquele tombamento. É o que ocorre,  
139 especialmente com o tombamento de 1938 do Jardim Botânico e, em parte, explica alguns  
140 problemas que estamos tendo hoje. Abro aqui um parêntesis: processos de tombamento bem  
141 fundamentados tecnicamente e detalhados, como temos hoje, são um fato relativamente  
142 recente. Diante das ocupações em todo o perímetro e no interior, que totalizam cerca de 600  
143 famílias e ainda clubes, instalações do Serpro, da Light, outras edificações do poder público,  
144 escola, enfim, um conjunto muito grande de construções de uso público ou de propriedade do  
145 poder público, essa tentativa de regularização, ou seja, de se colocar um fim nessa ocupação,  
146 precisava ser precedida de uma delimitação precisa do perímetro tombado por parte do IPHAN.  
147 Sob o aspecto ambiental, cabe aos órgãos do Meio Ambiente definir quais são as funções  
148 essenciais ao funcionamento do Jardim Botânico, não só como um parque natural, mas também  
149 com um instituto de pesquisas científicas. O tema Jardim Botânico é, hoje, coordenado pelo  
150 Ministério do Planejamento por estarem em jogo os aspectos culturais, os aspectos ambientais,  
151 os aspectos fundiários e os aspectos legais. O terreno é propriedade da União e é objeto, além  
152 dessa ação agora conduzida pelo Tribunal de Contas da União, que deu um prazo determinado  
153 para o IPHAN delimitar o perímetro de uma série de ações judiciais de reintegração de posse  
154 contra alguns ocupantes que ali estão como resultado de uma atuação esparsa do poder público  
155 ao longo dos anos. O IPHAN hoje integra um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério do  
156 Planejamento a quem está vinculada a Secretaria de Patrimônio da União, já que se trata, como  
157 dito, de um próprio da União. Não será uma ação nada fácil. O que foi objeto da matéria  
158 jornalística atribuindo ao IPHAN um número X de remoções é uma informação irresponsável,  
159 não sei de qual origem, porque não cabe ao IPHAN fazer qualquer remoção de população.  
160 Porque digo que os números são irresponsáveis? Primeiro, porque não foram fornecidos pelo  
161 IPHAN. Segundo, porque uma delimitação de perímetro de tombamento não implicará, de  
162 forma automática, em ocupação ou desocupação, uma vez que a variável renda familiar se  
163 superporá ao aspecto do tombamento. Vale dizer que, eventualmente, se uma daquelas áreas é  
164 consolidada e o IPHAN entende que sua permanência não impactaria o bem tombado, ao se

165 superpor o critério nível de renda das famílias a decisão pode ser outra. As famílias que, têm  
166 renda inferior a cinco salários mínimos devem ter um tratamento diferenciado, previsto  
167 legalmente como decorrência preceito do direito à moradia. Tal direito será respeitado por meio  
168 de soluções variadas, que podem ser concessões de direito real de uso na própria área, ou  
169 indenização para aquisição de casa em um programa como o “*Minha Casa, Minha Vida*” ou  
170 para re-localização para outro local na cidade.” Complementando seu informe, a presidenta  
171 informou que a Universidade Federal do Rio de Janeiro foi contratada pela SPU para levantar o  
172 perfil socioeconômico das famílias. Ressaltou que, por localizar-se em uma das regiões mais  
173 valorizadas do Rio de Janeiro, a retirada daquelas famílias implicará numa operação muito  
174 complexa, e que, por essa razão considerava de extrema irresponsabilidade fazer especulações  
175 sobre números, interferindo na vida das pessoas de maneira desrespeitosa, sem apontar que  
176 deve ser dada a essas famílias uma solução compatível com cada caso, considerando, como  
177 dito, critérios de localização, a situação particular de ações judiciais em curso e a situação  
178 socioeconômica daquela família. Fez referência à entrevista do ex-Diretor do Jardim Botânico,  
179 que, quando perguntado sobre a proposta de “*remoção dos invasores*”, respondeu que “*era*  
180 *complicado qualificar aqueles moradores como invasores, porque, segundo ele, desde o*  
181 *primeiro tombamento do Jardim Botânico há o registro de moradias, em grandes partes*  
182 *estimuladas pelo próprio poder público que aconselhava o jardineiro do parque ou vigia a*  
183 *construir uma casa ali naquele conjunto para chegar mais cedo ao trabalho ou estar*  
184 *disponível para vigiar o parque*”. Segundo a presidenta, quando o IPHAN fez o segundo  
185 tombamento, efetivado em 1970, a estimativa era de que já havia centenas de moradias na área  
186 do Jardim Botânico. Resumindo, a presidenta reiterou que o que será necessário fazer no  
187 Jardim Botânico resultará do cruzamento daquilo que afeta o bem tombado, com localizações  
188 em áreas de risco, com ações judiciais em curso e ainda com o critério socioeconômico. A  
189 presidenta encerrou o informe com as seguintes palavras: “Quero tranquilizá-los quanto ao  
190 papel do IPHAN nesse caso que, como expliquei rapidamente, não será de fácil solução.  
191 Desconheço situação no Rio de Janeiro, pelo menos pós-Constituição de 88, em que tenha sido  
192 necessário remover tantas famílias de uma área central, sobre a qual o poder público  
193 demonstrou, historicamente, incapacidade de manter o controle. Isso não significa, da minha  
194 parte, ou da parte do IPHAN, defesa de *privatização* da área por pessoas que ocupam terras  
195 públicas, mas a defesa de que cabe ao poder público dar uma resposta responsável para um  
196 problema que se arrasta por quase um século. Temos todos os elementos para acreditar que o  
197 problema será encaminhado da melhor maneira, tratado com responsabilidade.  
198 Irresponsabilidade é atribuir números ao IPHAN e criar fatos para construir plataformas de

199 projetos políticos pessoais. Termino aqui o informe, e fico à disposição para outros  
200 esclarecimentos com as informações de que o IPHAN disponha”. O Conselheiro Breno de  
201 Almeida Neves pediu a palavra para exaltar as qualidades de Jurema Machado como dirigente  
202 do IPHAN, destacando sua competência, o conhecimento de causa, a dedicação e o seu  
203 profissionalismo e ressaltou que ele, assim como os demais membros do Conselho Consultivo,  
204 está ao lado dela em todas suas atitudes e deliberações. Jurema Machado agradeceu e falou que  
205 via necessidade de mencionar de público aquelas questões, para esclarecer um público  
206 privilegiado como era aquele que, naquele momento, encontrava-se reunido para deliberar  
207 sobre pontos importantes para a preservação do patrimônio cultural. E, deu conhecimento ao  
208 grupo da disponibilidade das atas do Conselho na Internet, postadas desde sua primeira reunião  
209 até as atuais, compreendendo uma série histórica que enche os olhos dos pesquisadores que  
210 produzem estudos nessa área e outros públicos que lhes dão outras utilidades. Ainda, segundo  
211 ela, as atas são o mais completas possível e bastante extensas por refletirem os debates com o  
212 máximo de conteúdo do que foi discutido. São matérias riquíssimas que contam a história da  
213 instituição, e que as informações disponibilizadas têm ocasionado um grande volume de visitas  
214 ao site do IPHAN. O Conselheiro Marcos Azambuja pediu a palavra e declarou: “Eu acho que  
215 seria útil que essa manifestação de apreço à presidência, confiando na sua atuação, fosse um  
216 sentimento coletivo do Conselho. Uma iniciativa, como sempre, oportuna de vir a ter a nossa  
217 acolhida. Então, a minha proposta é simples. E que esses sentimentos, esses bons votos  
218 expressos por ele, fossem a expressão de um sentimento colegiado. Nós todos desejamos a  
219 presidente sucesso e êxito. Estamos ligados a ela, por aqueles deveres normais de lealdade, de  
220 compromisso com o IPHAN e essa é nossa vocação de serviço à causa pública. De modo que,  
221 boa sorte, muito sucesso. E o Conselho, como sempre, estará unido e prestante”. Ao agradecer  
222 os votos de apoio, a presidenta ressaltou que na verdade eles devem ser destinados à instituição  
223 e que quando acusações dessa natureza são feitas atingem circunstancialmente uma pessoa que  
224 está na direção, mas elas atingem de fato a instituição. Após essas palavras abriu a discussão  
225 sobre o segundo ponto da pauta a proposta de revalidação de bens culturais registrados prevista  
226 pelo decreto 3551/2000, objeto de discussão inconclusa na reunião anterior, agora aprimorada,  
227 pela revisão da pela Câmara Setorial de Patrimônio e Imaterial do Conselho Consultivo.  
228 Solicitou à Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial, Célia Corsino, que fizesse a  
229 apresentação da proposta. Ela a iniciou apontando que o sentido da revalidação poderia ser  
230 observado na própria exposição de motivo do Ministro da Cultura, à época, Francisco Weffort,  
231 encaminhado ao Presidente da República relativa ao Decreto 3551, que diz: “*Em razão,*  
232 *portanto, do caráter essencialmente dinâmico desses bens, propõem-se a atualização do*

233 *registro documental dos bens inscritos pelo menos a cada dez anos para acompanhamento de*  
234 *sua evolução e avaliação da pertinência da revalidação do título de Patrimônio Cultural do*  
235 *Brasil. Caso tenha ocorrido transformação total, no sentido do rompimento da continuidade*  
236 *histórica acima referida, ou o desaparecimento de seus elementos essenciais, o bem perde o*  
237 *título, mantendo-se o Registro apenas como referência histórica. (WEFFORT, 2000, apud*  
238 *IPHAN, 2006)*". De acordo com a Diretora do DPI, a inscrição de um bem em um dos livros de  
239 registro mostra sua relevância para memória da entidade e formação da sociedade brasileira,  
240 assim como sua continuidade histórica, no sentido de tradição, mais ainda, de práticas culturais  
241 constantemente reformadas, transformadas e atualizadas, mantendo para tanto um vínculo com  
242 o seu passado. Em vista do caráter essencialmente dinâmico dos bens, a lei obriga a atualização  
243 do registro documental do bem escritos há pelo menos 10 anos com o acompanhamento da sua  
244 evolução, avaliação da pertinência, e revalidação do título de patrimônio cultural do Brasil.  
245 Caso tenha ocorrido transformação total no sentido do rompimento dessa continuidade histórica  
246 ou desaparecimento de seus elementos essenciais o bem perde o título, mantendo-se o registro  
247 apenas como referência histórica. E porque revalidar? "É necessário, porque as manifestações  
248 são vivas, em constante transformação e as mudanças são inerência dinâmica dessas  
249 manifestações", defendeu ela. Como exemplo, citou o bumba meu boi, que já no século XIX,  
250 os jornais do Maranhão falavam que a introdução da matraca era uma descaracterização do  
251 boi e, no entanto, essa matraca hoje é um instrumento central do sotaque da ilha, uma novidade  
252 que foi agregada ao sentido tradicional do boi. Em seguida fez referência a um texto de Maria  
253 Laura Viveiros de Castro que fala das transformações nos elementos festivos por causa dos  
254 movimentos extrínsecos da própria movimentação. A repetição dessas festas de ano em ano,  
255 traz algo novo que paulatinamente as modificam, as recompõe e até as reinventam,  
256 constituindo-se como elementos ativos na reconstrução da história, na memória das pessoas e  
257 dos lugares. Segundo, ainda, a Senhora Célia "as coisas não permanecem exatamente iguais,  
258 porque as coisas não podem ser iguais. "Se elas estão iguais, elas não acompanham o  
259 dinamismo das populações e dos detentores". Anunciou, em seguida, que o processo de  
260 reavaliação é feito com a atualização das informações como forma de registro documental e,  
261 assim, elaborar um dossiê de 10 anos e verificar qual é a situação do bem ao fim desse período.  
262 Afirmou que o Departamento possui um sistema de metodologia desenvolvida com o IPEA no  
263 sentido de monitorar e avaliar as ações salvaguarda desses bens culturais e pela produção  
264 sistemática de dados e relatórios, eles são os primeiros insumos para o processo de revalidação.  
265 Citou que em 2013 está em curso a conclusão do processo de revalidação da Arte e Ofício de  
266 Paneleiras e Goiabeiras do Espírito Santo, e 2014, será o ano do início e conclusão da

267 revalidação do Sírrio de Nazaré e do Samba de Roda do Recôncavo Baiana, demonstrando que  
268 doravante a revalidação não vai ser um ato isolado, mas uma rotina do Departamento do  
269 Patrimônio Imaterial. Nesse sentido, explicou que na proposta de resolução a ser aprovada,  
270 proporia alguns itens importantes, sendo o primeiro deles a anuência dos detentores,  
271 materializada implicando em novas consultas para que declarem, formalmente, o interesse na  
272 revalidação do bem cultural, traduzindo-se, portanto, em uma política de abrir o processo de  
273 revalidação somente com anuência prévia dos atores envolvidos com o bem. Outro item é a  
274 criação de uma comissão técnica composta pelas Superintendências, Centro Nacional de  
275 Cultural Popular, Departamento e outras instituições que possam agregar valor, como forma  
276 conjunta de garantia dessa revalidação. Por fim, conclamou a Câmara Setorial do Patrimônio  
277 Imaterial a trabalhar junto para que ela tome conhecimento de todos os encaminhamentos e  
278 passos para o processo de revalidação, contando que os que os pareceres passam sempre  
279 primeiro pela Câmara. Terminada essa explanação passou a leitura e discussão da Resolução  
280 que dispõe os procedimentos a serem observados na instauração e instrução dos processos  
281 administrativos de revalidação do título do Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais  
282 registrados, tema objeto de discussão na reunião anterior do Conselho que, porém, devido às  
283 sugestões propostas de aperfeiçoamento do texto, foi encaminhada de volta à discussão na  
284 Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial para incorporação das propostas mais adequadas, e  
285 nesta 72ª Reunião, rerepresentada de acordo com a adequação feita pela Câmara. *“Dispõe sobre*  
286 *os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo*  
287 *de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais Registrados”.*  
288 *“A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO*  
289 *NACIONAL - IPHAN, na qualidade de Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio*  
290 *Cultural, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o disposto no art. 21, V,*  
291 *do Anexo I do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, que dispõe sobre a Estrutura*  
292 *Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e considerando*  
293 *as disposições contidas no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, e na Resolução nº 01, de*  
294 *03 de agosto de 2006; considerando que, pelo menos a cada dez anos, os bens culturais*  
295 *Registrados deverão ser reavaliados a fim de subsidiar a decisão quanto à Revalidação do*  
296 *Título de Patrimônio Cultural do Brasil; considerando que se entende por bem cultural de*  
297 *natureza imaterial as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na*  
298 *tradição e manifestadas, por indivíduos ou grupos de indivíduos, como expressão de sua*  
299 *identidade cultural e social; considerando que, para os efeitos desta Resolução, toma-se*  
300 *tradição em seu sentido etimológico de “ato ou efeito de transmitir ou entregar”, significando*



301 *práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e*  
302 *atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado; RESOLVE:*  
303 *Art. 1º Determinar os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do*  
304 *processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil. Art. 2º A*  
305 *instauração do processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do*  
306 *Brasil será feita pelo IPHAN, por intermédio do Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI,*  
307 *ou outra instância que venha a substituí-lo em suas atribuições, conforme estabelecido no*  
308 *Regimento Interno do IPHAN. Art. 3º A instrução do processo administrativo de Revalidação*  
309 *será feita pelas Superintendências do IPHAN em sua área de circunscrição, com*  
310 *acompanhamento e orientação do DPI. Parágrafo único – Em caso de bens registrados que*  
311 *envolvam mais de uma unidade da federação a instrução será articulada pelo DPI juntamente*  
312 *com as Superintendências do IPHAN abrangidas. Art. 4º O DPI informará a abertura do*  
313 *processo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil às Superintendências do*  
314 *IPHAN, ao proponente do processo de Registro e demais partes interessadas que tenham*  
315 *participado ativamente dos processos de Registro e de salvaguarda do bem cultural. Art. 5º O*  
316 *DPI solicitará às Superintendências do IPHAN documentação produzida e acumulada sobre o*  
317 *bem cultural Registrado, sobre os efeitos do Registro e sobre as ações desenvolvidas para sua*  
318 *salvaguarda, em especial aquela produzida a partir da data da sua titulação como Patrimônio*  
319 *Cultural do Brasil até a abertura do processo de Revalidação do título. Art. 6º As*  
320 *Superintendências do IPHAN, por sua vez, solicitarão documentação relativa ao bem cultural*  
321 *e às ações desenvolvidas para sua salvaguarda à comunidade produtora do bem e às demais*  
322 *partes interessadas que tenham participado ativamente dos processos de Registro e de*  
323 *salvaguarda do bem cultural. Art. 7º As Superintendências do IPHAN solicitarão declaração*  
324 *formal de representante de comunidade produtora do bem, ou de seus membros, expressando o*  
325 *interesse e a anuência quanto à Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil.*  
326 *Parágrafo único – O IPHAN dará publicidade à instauração do processo de Revalidação do*  
327 *Título de Patrimônio Cultural do Brasil através do site do IPHAN. Art. 8º Para cada processo*  
328 *será criada comissão técnica, em caráter temporário, com as seguintes atribuições: I - avaliar*  
329 *a documentação referida nos art. 5º a 7º, elaborando, no prazo de 90 dias a partir da criação*  
330 *da comissão, Nota Técnica que aponte as providências necessárias para a complementação e*  
331 *atualização da documentação sobre o bem cultural, entre outras questões. II – acompanhar a*  
332 *instrução do processo administrativo de Revalidação. Parágrafo único – O DPI dará ciência*  
333 *da nota técnica à Câmara do Patrimônio Imaterial. Art. 9º A comissão será constituída por, no*  
334 *mínimo, 03 (três) representantes do IPHAN: pelo menos 01 (um) representante do DPI, que a*

335 presidirá, e 02 (dois) ou mais técnicos do IPHAN lotados nas Superintendências do IPHAN  
336 abrangidas ou em outras unidades que, preferencialmente, acumulem informações qualificadas  
337 e atualizadas sobre o Bem Registrado. Art. 10 A atualização da documentação sobre o bem  
338 cultural deve abranger, quando couber, a produção de documentos fotográficos e audiovisuais  
339 e a produção de textos de caráter etnográfico que contemplem os aspectos culturalmente  
340 relevantes do bem Registrado, de modo a viabilizar análise comparativa com a documentação  
341 produzida para a outorga do título. Parágrafo único – a documentação sobre o bem cultural  
342 deverá viabilizar a análise, entre outras, das questões apontadas no roteiro básico anexo, que  
343 poderá ser adaptado a particularidades. Art. 11 A atualização da documentação sobre o bem  
344 cultural é de responsabilidade do IPHAN, podendo ser delegada mediante ato formal a uma ou  
345 mais instituições públicas ou privadas que detenham competência para tanto. Art. 12  
346 Finalizada a instrução do processo, o IPHAN emitirá Parecer Técnico que avaliará a  
347 documentação processada e a pertinência da revalidação do título de Patrimônio Cultural do  
348 Brasil considerando, sobretudo, a continuidade do bem enquanto referência cultural que  
349 constitui para a memória e a identidade da comunidade detentora. Art. 13 O IPHAN  
350 apresentará o Parecer Técnico à Câmara do Patrimônio Imaterial. Art. 14 O processo  
351 administrativo de Revalidação será encaminhado para Parecer da Procuradoria Federal no  
352 IPHAN após apreciação da Câmara do Patrimônio Imaterial. Art. 15 Após conclusão do  
353 exame do processo de Revalidação pela Procuradoria Federal compete ao Presidente do  
354 IPHAN expedir notificação com o Parecer Técnico de que trata o art. 12, via postal com aviso  
355 de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo, ao proponente do Registro e demais  
356 participantes dos processos de Registro e de salvaguarda do bem cultural, que terão 60  
357 (sessenta) dias, a partir do recebimento da notificação, para se manifestarem por escrito, se  
358 desejarem. Art. 16 O Presidente do IPHAN determinará a publicação, na imprensa oficial, de  
359 Aviso contendo o extrato do Parecer Técnico do IPHAN, para que a sociedade se manifeste no  
360 prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação. Parágrafo único – O extrato do  
361 Parecer Técnico e demais informações deverão ser amplamente divulgadas pelo IPHAN. Art.  
362 17 As manifestações formais do proponente do Registro, dos demais participantes do processo  
363 e da sociedade serão dirigidas ao Presidente do IPHAN e juntadas ao processo para exame  
364 técnico do IPHAN. Art. 18 O processo administrativo de Revalidação, acompanhado do  
365 processo administrativo de Registro, será encaminhado ao Presidente do IPHAN, que o  
366 submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decisão sobre a Revalidação  
367 do Título de Patrimônio Cultural do Brasil. Parágrafo único - O Presidente do IPHAN  
368 designará um Conselheiro para relatar o processo, podendo o Conselho Consultivo decidir



369 *acerca da realização de audiência pública. Art. 19 A decisão do Conselho Consultivo de*  
370 *revalidar ou não o título será averbada pelo IPHAN à margem da inscrição do bem no Livro*  
371 *de Registro correspondente. § 1º Negada a revalidação do título pelo Conselho Consultivo, o*  
372 *Registro do bem será mantido como referência cultural de seu tempo. § 2º A decisão do*  
373 *Conselho Consultivo deverá ser publicada, mediante Aviso, na imprensa oficial. § 3º O IPHAN*  
374 *notificará o proponente e demais participantes do processo sobre a decisão do Conselho*  
375 *Consultivo. Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art. 21 Fica*  
376 *revogado o parágrafo único do art. 17 da Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006”.*  
377 *“Jurema Machado, Presidenta”.* Abrindo a sessão para comentários, a Presidenta solicitou à  
378 Senhora Cecilia Londres que fosse a primeira a falar por ter sido a relatora da versão inicial da  
379 proposta de resolução, apresentada na reunião anterior do Conselho. A Senhora Cecilia  
380 Londres agradeceu a oportunidade e, primeiramente, fez referência ao apoio à Presidenta, por  
381 conta dos ataques de vários setores, principalmente da mídia, manifestado pelo Conselheiro  
382 Breno de Almeida Neves, dizendo que se unia a ele nesse apoio, e que, como conselheira  
383 carioca, onde esses assuntos estão em pauta, estava muito envolvida. Em seguida lembrou a  
384 todos da ampla discussão que envolveu o Decreto nº 3551/2000, muito diferente do Decreto Lei  
385 nº 25/37, propositalmente conciso, porque se partiu de um princípio que se tratava de um  
386 campo novo, que não era exatamente igual ao chamado patrimônio material, que tinha  
387 especificidades e problemas particulares, e que, diferentemente de 1937, quando o IPHAN foi  
388 criado. Naquele momento, segundo ela, já havia experiência relativamente consolidada em  
389 termos de política de proteção cultural em outros países como a França, Itália, enfim,  
390 patrimônio já amplamente reconhecido. Continuou, dizendo que no caso do patrimônio  
391 imaterial não se tinha experiência estruturada de política para salvaguarda do patrimônio  
392 material e cultural, brotando a ideia de que a experiência iria criar paulatinamente uma  
393 jurisprudência, e isso se faz, desde a publicação do Decreto, com um acompanhamento  
394 rigoroso de todas as etapas de elaboração de instrumentos e de práticas e de intervenções no  
395 campo do patrimônio material, inclusive com a colaboração da Câmara Setorial. Finalizou  
396 afirmando que, com o PRODOC avaliação de salvaguarda e dos inventários também, e o  
397 conselho estava criando um outro instrumento de reavaliação dos bens registrados para  
398 revalidação, daí ele ter tido 15 versões que, apesar de parecer um cuidado muito grande em  
399 termos de formalização, na verdade o IPHAN tinha mesmo que ser extremamente cuidadoso e  
400 cauteloso no campo do patrimônio imaterial, por estar esse campo, pela sua novidade, pela sua  
401 nebulosidade, sendo apropriado por outros atores políticos outorgando-se títulos sem  
402 consequência alguma, desvirtuando uma noção extremamente útil no sentido de tornar



403 patrimônio cultural brasileiro realmente representativo da formação que está na Constituição,  
404 apontando que o IPHAN, por uma questão de prudência e de salvaguarda, devia tentar pautar  
405 sua política com bastante rigor, por mais que isso parecesse exagerado, por lidar com práticas  
406 vivas que envolvem pessoas e suas ligações com seus patrimônios, com suas referências, e  
407 muitas vezes com suas formas de subsistência. Completou sua fala dizendo que o Brasil é uma  
408 referência internacional em termos de política de salvaguarda do patrimônio cultura imaterial e  
409 que dizia isso sem nenhuma euforia, mas com base na realidade concreta. A seguir falou o  
410 Conselheiro Marcos Azambuja que fez duas observações. Em primeiro lugar considerou  
411 excessivamente burocrático o rito para exame do processo de revalidação. Mostrou que seria  
412 inimaginável que o Círio de Nazaré, tão notoriamente vivo e relevante sendo objeto do  
413 processo de revalidação levasse 60 ou 90 dias para ser examinado. Para ele, em certos casos,  
414 deveria haver um dispositivo de permitisse à Presidenta do IPHAN, em certos casos, proceder  
415 de maneira mais sumária, usando a notoriedade do bem. Em segundo lugar pediu que fosse  
416 suprimida do texto a palavra técnica, bastante presente ao longo do texto que, para ele  
417 acrescenta muito pouco e é um pouquinho pedante, pois a palavra “técnico” tem uma função  
418 muito precisa, ou então ela é apenas um ar de prestígio. A Conselheira Miriam quis um  
419 esclarecimento para o caso do processo de revalidação não chegar a um parecer conclusivo,  
420 tendo a Senhora Célia Corsino, respondido que o bem perde o título de patrimônio cultural do  
421 Brasil, mas fica registrado como referência cultural do seu tempo. Outro esclarecimento foi  
422 pedido pela Conselheira Myriam Andrade com relação ao funcionamento dos inventários. A  
423 Senhora Célia Corsino informou que a avaliação é permanente tendo sido feita uma grande  
424 avaliação sobre os inventários no âmbito do patrimônio cultural e imaterial com a aplicação,  
425 desde 1999 do INRC, Inventário Nacional de Referência Cultural, antes mesmo do registro,  
426 com os ajustes necessários e, como decorrência, tem-se outros inventários, como o Inventário  
427 Nacional de Diversidade Linguística. A seguir, a presidenta passou a palavra ao Conselheiro  
428 Breno de Almeida Neves que abordou a necessidade de dar uma boa divulgação ao parágrafo  
429 primeiro, do artigo 19, que uma vez negada a revalidação do título o bem será mantido como  
430 referência cultural do seu tempo para que as pessoas não se sintam um pouco carentes da não  
431 revalidação. Dessa forma, ele acredita que a divulgação da revalidação vai incentivar as  
432 pessoas, os grupos folclóricos, quem cuida das paisagens, todo elenco desse patrimônio  
433 material, manter isso vivo, conservado. Aproveitou sua fala para pedir que fosse dado por  
434 aclamação voto de apoio à Presidenta, nos termos colocados pelo Conselheiro Marcos  
435 Azambuja, por conta dos ataques recebidos por ela, obtendo manifestação favorável unânime  
436 dos presentes. Posicionou-se, ainda, sobre a questão do rito sumário, pontuando que seria

437 interessante, pelo menos de início, pontuando, primeiro a necessidade, mesmo com esses ainda  
438 vivos e merecedores, seria necessário documentá-lo por estarem sempre em transformação;  
439 segundo, saber qual o efeito da titulação com relação a tudo que diga respeito do bem em  
440 questão; terceiro, apontou a necessidade de deixar margem para adaptações e particularidades,  
441 dada a existência de um horizonte extremamente diversificado no âmbito do patrimônio dito  
442 imaterial; por último, propôs a avaliação da revalidação, depois que a prática demonstrar onde  
443 devem ser conservados certos procedimentos. A seguir, pediu a palavra do Conselheiro Synésio  
444 Fernandes dizendo que via com cautela a extensão do aparato de revalidação, mesmo com a  
445 informação da diretora do DPI dando conta da existência de todo um sistema de salvaguarda  
446 que pode oferecer informações prontas para tomada de decisão. Porém, expressou preocupação  
447 sobre como se poderá acompanhar daqui a uns de ou quinze anos os inúmeros bens imateriais  
448 registrados. O Conselheiro Nestor Goulart pediu a palavra para dizer que estava impressionada  
449 com o esforço de avaliação em relação aos bens culturais de natureza imaterial, porque todos os  
450 bens passam por transformações permanentes., achando que isso devia ser colocado foco  
451 estendido na questão da transformação porque passam os bens materiais, inclusive as artes  
452 aplicadas nas igrejas, imagens. Depois, mostrou preocupação com os tombamentos de áreas  
453 urbanas, de cidades inteiras, por passarem por transformações permanentes decorrentes da  
454 própria vida urbana. Desse modo, segundo ele, o processo de tombamentos das cidades tem que  
455 ser diferente de tombamentos edifícios como havia sido recomendado pela UNESCO trinta  
456 anos atrás, requerendo, portanto, uma análise dessa situação para entender que se trabalha com  
457 sistemas em transformação permanente. Citou a história de transformações periódicas em Ouro  
458 Preto, demonstrado pelo trabalho de um colega dele, com superposição das fotografias atuais  
459 com as feitas ao longo desde o tombamento do IPHAN, verificando-se que a cidade cresceu,  
460 triplicou com construções dentro do estilo IPHAN, dando a impressão que Ouro Preto sempre  
461 foi daquele modo, mas ruas inteiras, que não existiam, foram totalmente construídas e esse  
462 processo deveria ser enfrentado do mesmo modo com foi o da Câmara Setorial do Patrimônio  
463 Imaterial, para repensar a relação com os bens que são mais estáveis, mas que não são fixos,  
464 estando em transformação permanente, sobretudo as cidades. Conselheiro Cícero de Almeida  
465 pediu para fazer observações sobre o rito sumário a partir das colocações do Conselheiro  
466 Embaixador Marcos Azambuja, dizendo que mais importante que o rito sumário é a  
467 complexidade da equação a ser resolvida entre os detentores e o objeto que eles detêm, face às  
468 mudanças sociais inevitáveis que ocorrem em um período de dez anos, quando devem ter  
469 morrido uma série de pessoas, antigas detentoras que não poderiam dar depoimento sobre as  
470 mudanças. Então essa equação entre a avaliação dos detentores e o bem também tinha que ser



471 monitorada, sendo importante saber antes de se perguntar a um detentor como ele se relaciona  
472 com o bem naquele momento, verificar quem são e quem foram esses detentores ao longo dos  
473 10 anos, por ser um dado precioso para se entender a dinâmica responsável pela mudança,  
474 porque, muitas vezes, a mudança não leva onde deve ser imperioso o julgamento de que o bem  
475 perdeu a validade original. Observou, ainda, o problema do choque geracional, uma coisa  
476 natural que vai ocorrer em algum momento e só os testemunhos que forem dados naquele  
477 momento pelos detentores não seria um parâmetro inteiro, mas sim, relativizado e, por isso,  
478 considerou essa questão muito mais complexa que a proposta de rito sumário. O Conselheiro  
479 Ulpiano Meneses concordou que a transformação é uma das pedras angulares do campo de  
480 trabalho do patrimônio cultural porque mudam os objetos, não só no sentido material, mas  
481 também no foco das atenções dos agentes, e os valores estão em contínua mudança porque tudo  
482 isso é histórico. O Conselheiro Eugênio Ávila Lins parabenizou o DPI e a Câmara do  
483 Patrimônio Imaterial pelo documento ressaltando ser ele extremamente importante e que por  
484 trás da revalidação tem todo um instrumento fundamental para avaliar as políticas públicas do  
485 estado. A Presidenta retomou a palavra e citou que a vinculação, a analogia que se faz como o  
486 tema material é extremamente valioso e que na verdade o que se faz todo tempo são essas  
487 revalidações, e novas valorações, enriquecendo amplamente o debate. Ilustrou sua afirmação  
488 com os casos da Marina da Glória e do Jardim Botânico, mostrando que estão perfeitamente  
489 alinhados com o desafio de uma permanente valoração sobre aqueles objetos conhecidos em  
490 algum momento anterior. Em seguida partiu para a consolidação dos comentários que foram  
491 feitos para saber se havia ajustes no documento ou se o Conselho aprovaria como foi  
492 apresentado. Com relação à palavra técnica, criticada por um dos conselheiros, considerou ser  
493 desnecessária sua presença no texto e, nesse sentido, sua supressão seria simples e não teria  
494 maiores implicações. Quanto às várias manifestações contra a complexidade do procedimento,  
495 e qual seria a capacidade do IPHAN de lidar com o desafio da variação de detentores ao longo  
496 do tempo e o impacto disso na consistência do documento perguntou, especificamente, ao  
497 Conselheiro Cícero Almeida se isso implicaria em alguma uma sugestão de alteração de  
498 redação ou se o documento e seu anexo seriam suficientes para esclarecer esse tema, tendo,  
499 então, o Conselheiro Cícero Almeida respondido que, embora, o artigo sexto e o artigo sétimo  
500 citassem comunidade produtora duas vezes como se esta fosse estável, o mecanismo apostado no  
501 anexo permitia entender como dinâmica a comunidade produtora, não havendo necessidade de  
502 alterar o texto. Sobre a complexidade, a Presidente disse procurou visualizar no texto em que  
503 momento esse procedimento poderia ser simplificado, mas verificou ser impossível queimar as  
504 etapas previstas na resolução, principalmente, pela delicadeza da questão sob o ponto de vista

505 do impacto que possa vir a ter a supressão de um título e o bem perder o registro.  
506 Complementou dizendo que do ponto de vista do poder público é importante que o bem não  
507 figure mais como um bem registrado, porque cessam as responsabilidades com relação à  
508 salvaguarda, mas passam a existir outras, como a responsabilidade pela documentação; pelo  
509 acesso à informação de forma permanente e, também, havia de se considerar que, pela  
510 descrição da documentação que vai compor esse procedimento, o IPHAN a detém e deterá e,  
511 daqui a 10 anos, não se estará partindo do nada para efeito de levantamento destinado à  
512 revalidação. Antes de colocar em votação a resolução, a Presidenta, instada pela nova  
513 intervenção do Conselheiro Marcos Azambuja, na qual reiterou a possibilidade de inclusão de  
514 uma cláusula dando poderes para a presidência o IPHAN efetuar rito sumário em casos  
515 notórios, como o Círio de Nazaré, ela voltou a enfatizar que o importante nesse roteiro é manter  
516 o IPHAN em permanente atenção e acompanhamento dos bens, com o monitoramento mais  
517 relevante do que qualquer outro procedimento da validação ou não do título e a dinâmica estava  
518 por trás do texto e, por isso ele parece simples, mas quando a discussão voltava o texto  
519 aparecia em toda sua complexidade. Insistiu que pelo fato de o IPHAN manter rotineiramente o  
520 acompanhamento, não estará partindo de zero de informação. Feitos esses esclarecimentos  
521 encaminhou a votação da Resolução sobre os procedimentos de revalidação dos bens culturais  
522 imateriais registrados, que foi **aprovado** por aclamação. Passou-se, então ao segundo ponto da  
523 pauta: Registro da Festa do Divino de Paraty, relatada pelo Conselheiro Luis Phelipe Andrés.  
524 Parecer: **“Processo nº 01450.015103/2007-13, Solicitação de Registro da Festa do Divino**  
525 **Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ, a ser inscrito no Livro das Celebrações, como**  
526 **Patrimônio Cultural Brasileiro.** Ilustríssima Senhora Presidente do IPHAN. Ilustríssimos  
527 Senhores Conselheiros. Foi com satisfação que recebi da Senhora Presidente do IPHAN,  
528 Doutora Jurema Machado, a tarefa de examinar e opinar sobre o processo de registro da Festa  
529 do Divino Espírito Santo de Paraty, no Livro de Registro de Celebrações, criado para abrigar os  
530 rituais e festas que marcam vivência coletiva e religiosidade da nação brasileira e em especial  
531 pela renovada oportunidade de contribuir para a afirmação da política de salvaguarda do  
532 Patrimônio Imaterial, que vem sendo praticada de forma exemplarmente criteriosa e coerente  
533 pelo IPHAN a partir do decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000. Sei da grande  
534 responsabilidade e sinto-me honrado pela missão que me coube, na qualidade de conselheiro  
535 integrante da Câmara do Patrimônio Imaterial de ser o relator do parecer final e submetê-lo à  
536 criteriosa avaliação deste Egrégio Conselho. Sou perfeitamente consciente de que neste ato  
537 estamos produzindo um documento que deverá ter consistência para resistir no tempo a  
538 eventuais questionamentos. E assim sendo, devo agora desincumbir-me da tarefa de transmitir a

539 meus pares, uma síntese do vasto dossiê que me veio às mãos. Na verdade trata-se, mais uma  
540 vez, de um grande aprendizado e um privilégio de haver compulsado, ainda que por um breve  
541 período, valioso acervo de informações. Cumpre-me desde já ressaltar a qualidade do material  
542 reunido pela equipe de especialistas e consultores. Este de agora, na sequência dos vinte e sete  
543 outros processos exitosos de Patrimônio Imaterial, já concluídos pelo IPHAN, certamente que  
544 nos aproxima cada vez mais de uma percepção holística e integral de cultura ou, como nos  
545 afirma a conselheira Maria Cecília Londres no enunciado de obra publicada em 2003 nos  
546 conduz no sentido de uma atuação 'Para Além da Pedra e Cal - por uma concepção mais ampla  
547 de patrimônio cultural'. Observe-se que o Departamento de Patrimônio Imaterial, criado, em 07  
548 de Abril de 2004, vem adotando procedimentos exemplares para registro dos bens culturais  
549 intangíveis. Não só no que se refere à metodologia consolidada para a realização dos estudos e  
550 pesquisas aplicados na composição dos dossiês como também, no ato contínuo de preparar  
551 material de divulgação de seus conteúdos, colocando-os didaticamente ao alcance da sociedade  
552 e dos meios acadêmicos, como forma de socialização das informações organizadas. Minha  
553 tarefa foi realizada através dos procedimentos de visita ao município de Paraty e análise dos  
554 autos do processo. A necessidade de conhecer *in loco* o cenário vivo e o ambiente onde se  
555 celebra a Festa, bem como os representantes da comunidade envolvida, foi transmitida ao  
556 IPHAN, que prontamente atendeu à solicitação, proporcionando condições para me deslocar de  
557 São Luís do Maranhão até aquele município no litoral fluminense. Assim é que, em janeiro de  
558 2013, visitei a cidade histórica de Paraty. O impacto da paisagem, de qualquer ângulo de  
559 aproximação é deslumbrante. Como cenário de fundo, se destaca de um lado, o extraordinário  
560 panorama das encostas verdejantes das montanhas da Serra do Mar, recobertas pela densa  
561 vegetação remanescente de um longo trecho da Mata Atlântica. Na outra perspectiva, a visão  
562 paradisíaca das águas verde-azuladas e ainda límpidas do Oceano Atlântico, banhando praias  
563 de areias alvas que bordejam pequenas baías e enseadas e um numeroso arquipélago de  
564 pequenas ilhas e marcado pela presença colorida de dezenas de embarcações de pesca, veleiros  
565 e escunas. No encontro formidável destas duas forças da natureza, o mar e a montanha, ergue-  
566 se a jóia de arquitetura urbana do centro histórico de Paraty. A região é por isto mesmo,  
567 pródiga em parques e reservas ecológicas, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina, sendo  
568 sem dúvida uma das mais preservadas do Brasil. Na ocasião fui recebido pela arquiteta Paula  
569 Paoliello Cardoso, atual chefe do Escritório Técnico da Costa Verde do IPHAN, e pelo cientista  
570 social, Dr. André Bazzanella, que nos prestaram todo o apoio técnico necessário para o êxito da  
571 missão de reconhecimento, bem como agendaram as entrevistas com alguns dos personagens  
572 envolvidos na preparação da festa, protagonistas que são e herdeiros vivos daquela história que



573 se perpetua há séculos. Apaixonados por seu trabalho e envolvidos com inúmeras questões que  
574 dizem respeito à preservação da memória e da cultura eles me proporcionaram um caminhar  
575 pela cidade histórica e a conversa com moradores me propiciou, no pouco tempo que tive de  
576 visita, contatos com alguns personagens notáveis do cotidiano. Portanto registro aqui os  
577 agradecimentos a estes e aos demais que contribuíram decisivamente para a elaboração do  
578 dossiê, tais como, Márcio do Nascimento Barbosa pelo apoio institucional e Cristina Maseda,  
579 da Associação Cultural Casa Azul; Elaine Maria Teles e Cíntia V. Tarrisse da Fontoura, ex-  
580 diretora do Escritório Técnico do IPHAN em Paraty, atuando na época da realização dos  
581 estudos; de João Carlos de Oliveira Gomes, Rodney Dias Ribeiro, Jorge da Silva Santos e  
582 Cesar de Souza Medeiros, da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Também a Edson  
583 José de Oliveira, Flora Maria Salles França Pinto e Élcio Gonçalves, educadores que  
584 compuseram a equipe de pesquisa; e a todos os participantes da Festa do Divino, em especial  
585 ao Padre Roberto Carlos Pereira, pároco da cidade de Paraty, Lenita Aparecida Toledo do  
586 Prado Siqueira (in memoriam), Magda de Cássia Stanisce, Norival Rubens de Oliveira, Marly  
587 Cardoso de Barros e Themilton Tavares, que contribuíram com vídeos, fotos e cartazes antigos,  
588 ou com seus depoimentos entrevistas. No IHAP- Instituto Histórico e Artístico de Paraty tive a  
589 oportunidade de ser recebido por sua presidente, a professora Maria José Rameck, em reunião  
590 com o pesquisador e escritor Diuner Mello, também integrante da diretoria desta prestigiosa  
591 instituição, à qual devemos a iniciativa de solicitação para abertura deste processo, ambos  
592 protagonistas de consistentes carreiras na área cultural, plenas de meritória e abnegada  
593 atividade em defesa do patrimônio cultural de sua terra. Na sequência tive o privilégio de uma  
594 visita ao Museu de Arte Sacra de Paraty, onde fui atenciosamente recebido por seu atual  
595 diretor, Júlio César Neto Dantas, profissional de papel decisivo neste processo pela sua longa  
596 atuação, como paratiense sempre presente na trajetória da preservação cultural de sua cidade,  
597 não só por haver sido responsável pela representação local do IPHAN, como por haver  
598 protagonizado um episódio singular e que lhe exigiu coragem e presença de espírito, do resgate  
599 da imagem de Nossa Senhora da Piedade que havia sido roubada, e que foi por ele reconhecida  
600 em um antiquário do Rio de Janeiro e do momento solene e emocionante em que foi feita a  
601 devolução para a comunidade, após de mais de dez anos ausente de seu altar na Capela de N. S.  
602 das Dores de Paraty. Também foi importante conhecer, guiado pelo antropólogo Pedro  
603 McDowel, a exposição “Os Nomes da Ciranda” sobre a música secular tradicional de Paraty,  
604 que além de animar os bailes tradicionais chamados de *chiba*, sempre tiveram um papel  
605 relevante na animação das folias do Divino. Ali encontrei minucioso mapeamento dos mestres  
606 cirandeiros da região, bem como exemplares originais de seus instrumentos tradicionais, como



607 a viola caipira de 10 cordas, o pandeiro, ou adufo, violões, cavaquinhos, caixas de percussão e  
608 rabecas, durante a visita ao Museu do Forte Defensor Perpétuo/Ibram e Casa da Pólvora, no  
609 alto de um morro que se situa logo acima do local de primeiro assentamento, na origem da  
610 cidade e de onde pude obter uma visão privilegiada da paisagem urbana. Em Paraty mais uma  
611 vez se fortalece a ideia de patrimônio cultural sem separações. Ao contrário, nos sugere a noção  
612 de corpo e alma integrados, longe da rigidez cartesiana que divide patrimônio material e  
613 imaterial, que até entendemos e acatamos como necessária para disciplinar estudo e organizar  
614 ações administrativas no âmbito institucional, mas que não nos deixa perder a visão de que,  
615 quando tratamos de proteger o patrimônio cultural estamos falando de continentes que têm o  
616 seu conteúdo, de um corpo que tem a sua alma. Este processo da Festa do Divino trata da  
617 encantadora alma de Paraty e ao trabalharmos na promoção de seu Registro como Patrimônio  
618 Imaterial, nosso olhar inevitavelmente se estende para a parte física da arquitetura e do  
619 urbanismo que compõe o seu corpo material envolvido profundamente com a parte intangível  
620 que aí está. Assim foi que, ao conhecer o corpo da cidade, fotografando a arquitetura,  
621 percorrendo seu traçado urbano, tivemos também um ar de sua alma, no breve e humano  
622 contato com a gente em suas atividades cotidianas. Há aspectos muito peculiares como o fato  
623 intrigante e ainda não bem explicado pelos estudiosos do patrimônio edificado daquela cidade,  
624 de que, nos quatro cantos formados pelo cruzamento das ruas ortogonais, sempre só  
625 observamos a presença de maciços cunhais de cantaria em três deles. Certamente uma  
626 explicação técnica será logo encontrada para este detalhe tão marcante. Algumas teses já  
627 buscam a resposta. Seriam formas de marcar um novo alinhamento para as ruas por ocasião de  
628 uma reforma no urbanismo da antiga vila? Seria algum simbolismo que possa ser atribuído à  
629 maçonaria, como há vários outros inscritos na modenatura de algumas fachadas? Mas não  
630 consigo deixar de ver, na repetição dos três cunhais, uma caprichosa relação simbólica e  
631 anímica, ainda que involuntária, com a homenagem que liga secularmente esta cidade à terceira  
632 pessoa da Santíssima Trindade, o Divino Espírito Santo. E o percorrer das ruas de calçamento  
633 de grandes lajes, mas bastante irregulares, nos obriga a um caminhar mais cuidadoso (para não  
634 tropeçar). Mas o efeito de se observar dezenas de passantes, caminhando lentamente pelas ruas  
635 de pedra em que foi proibido o trânsito de veículos, transmite uma atmosfera de respeitosa  
636 veneração ao cenário histórico. No curto espaço de tempo disponível falei com poucos, mas  
637 legítimos representantes das várias faces da vida da cidade, do sagrado ao profano. Pessoas  
638 envolvidas o ano inteiro na preparação das festas, onde se realiza uma das maiores tradições de  
639 romarias religiosas do litoral fluminense e para a qual vivem dedicadas dezenas de famílias  
640 paratienses que cuidam desta celebração com respeito e dedicação admiráveis e assim vêm



641 mantendo as tradições do evento há mais de 300 anos, passando de geração em geração as  
642 obrigações de cuidar de cada detalhe. Tive o privilégio de igualmente entrevistar a Sra.  
643 Benedita Vieira de Oliveira, a Dona Filhinha, tal como é reconhecida e respeitada no seio da  
644 comunidade como um dos baluartes desta celebração e que descreveu com grande carinho os  
645 procedimentos repetidos há décadas na liderança das equipes que cuidam das atividades de  
646 preparação da festa e em especial das refeições que são distribuídas gratuitamente em banquete  
647 popular para um grande numero de participantes, no sábado, véspera de pentecostes como parte  
648 das mais tradicionais e relevantes do ritual da festa. Não menos importante para minha missão  
649 de reconhecimento, foi uma visita à residência de dona Inácia Augusta de Oliveira onde  
650 presenciei exemplo de como a tradição se perpetua de geração em geração, no âmbito das  
651 famílias paratienses, através do profundo envolvimento com a organização dos festejos. Neste  
652 caso particular, de três gerações, já transmitida de Dona Inácia para sua filha Andréia  
653 Aparecida de Oliveira e já assumida também pela neta Roberta Carmem de Oliveira muito  
654 jovem, mas já igualmente imbuída de responsabilidades para com a organização. Além do que,  
655 seu filho, Edson José de Oliveira, professor de arte, que já foi festeiro no passado recente, mas  
656 que tem sido o designer que há muitos anos coordena equipe de alunos na programação visual  
657 de estandartes e na decoração da Igreja Matriz. Ali pude fotografar modelos de indumentárias  
658 do Imperador e dos Vassalos, assim como ricos exemplares de bandeiras do Divino guardados  
659 como relíquias e testemunhos fervorosos dos anos em que esta família vem colaborando  
660 voluntariamente na preparação da festa. Tomei-as como bom exemplo das inúmeras famílias  
661 que cuidam, com igual dedicação e por herança devocional, passada de geração em geração,  
662 dos detalhes da festa e da ornamentação do casario no trajeto das procissões e dos pontos de  
663 sua realização que são distribuídos na malha urbana do centro histórico. Eis que a Matriz, de  
664 invocação dedicada a Nossa Senhora dos Remédios e a Praça da Matriz, conjugadas com o  
665 endereço eventual da residência do festeiro de cada ano são os polos que definem os trajetos  
666 principais percorridos pelos cortejos no período da festa. Neste contexto a população de Paraty  
667 comparece em peso nas procissões do culto religioso para que se conduzam as bandeiras do  
668 Divino, os objetos de culto, como o resplendor e a coroa de prata, a pomba do Divino e o globo  
669 que simboliza o mundo, produzindo efeitos de grande comoção religiosa em milhares de  
670 romeiros que acorrem à cidade. A organização da festa movimenta a comunidade por todo o  
671 ano e sua preparação é fruto de trabalho coletivo sempre liderado por um festeiro, escolhido  
672 pelo pároco a partir de manifestações enviadas previamente pelos interessados. Compreende  
673 ainda harmoniosa conjugação de esforços entre a Paróquia local, encarregada da parte litúrgica  
674 e a Prefeitura encarregada da parte profana, como barracas de quermesse, shows e jogos. As

675 casas do centro histórico são enfeitadas de branco e vermelho. A população engajada participa  
676 com entusiasmo fazendo as doações e todo tipo de apoio na maioria das vezes para agradecer  
677 graça alcançada ou realizar promessa. Cumpre aqui registrar também o emocionante encontro  
678 com o músico cirandeiro Benedito Ricardo de Jesus, conhecido como Ditinho Cirandeiro, em  
679 sua residência no bairro Ilha das Cobras e a longa conversa que tivemos sobre o papel dos  
680 grupos musicais como o dos “Sete Unidos”, todos irmãos ou parentes muito próximos que ele  
681 comanda há mais de 40 anos e sua participação premiada e reconhecida, imprescindível não só  
682 nas festas do Divino como nas demais festividades da cultura popular caiçara e paratiense,  
683 mostrando que a ciranda funciona de fato como um denominador comum às diversas  
684 manifestações culturais das festas ao longo do ano. Importante ressaltar que este Mestre  
685 Cirandeiro é também um exímio construtor de canoas caiçara, o que nos revela como essas  
686 manifestações se misturam no protagonismo de seus intérpretes, de tal modo que um mesmo  
687 representante da comunidade é partícipe de diferentes atividades expressivas da cultura local.  
688 As mesmas mãos que dedilham as finas cordas de uma viola caipira manobram com maestria  
689 uma enxó goíva na escultura bruta da construção naval, no artifício de seguir as 25 linhas que  
690 desenham o perfil resistente de um casco monóxilo. Certamente que, na medida em que o modo  
691 de fazer da canoa caiçara venha a ser reconhecido, o Mestre Ditinho também será citado como  
692 um dos expoentes desta outra arte. No dossiê que recebi além dos dois volumes do processo  
693 propriamente dito encontrei seis anexos e nada menos do que treze apensos, contendo rica  
694 documentação técnica na forma de centenas de Fichas do Inventário Nacional de Referências  
695 Culturais-INRC, vasto acervo iconográfico, fotos, entrevistas e depoimentos de representantes  
696 da comunidade atestando sua participação e interesse na proposta de registro, uma rara  
697 sequencia de documentários em vídeo realizados a cada ano desde 1993 até 2002 contendo  
698 depoimentos históricos dos principais personagens envolvidos. Pastas com folhetos, recortes de  
699 jornais, comprobatórios da repercussão na mídia e da importância de que se reveste a festa para  
700 aquela comunidade, materiais de pesquisas e relatórios técnicos, fichas de cadastro, cartazes da  
701 festa de vários anos. Não por outro motivo, se pode atribuir à contribuição de tantos  
702 pesquisadores e protagonistas da festa, o excelente resultado da documentação reunida neste  
703 dossiê e que reúne estudos elaborados entre 2008 e 2010, como fruto de intensiva atuação dos  
704 técnicos da Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro atualmente sob o comando dedicado  
705 da Sra. Maria Cristina Vereza Lodi, em colaboração com o Instituto Histórico e Artístico de  
706 Paraty, dos quais passo a me ocupar, com intuito de lhes oferecer uma síntese fiel das  
707 informações, que permita estabelecer um juízo sobre a proposta, explicitando valores através  
708 dos quais se justifica a ação solicitada. Assim é que, ao examinar os autos deste processo, pude



709 constatar que o mesmo está muito bem instruído e atende às normas exaradas pelo IPHAN no  
710 tocante ao artigo 4 da Resolução n 001, de 03/08/2006 e irei destacar as peças mais  
711 relevantes:1- O processo se origina com os encaminhamentos protocolares do documento  
712 exarado pelo Instituto Histórico e Artístico de Paraty, datado de 15 de junho de 2005 contendo  
713 solicitação para as providencias para que a festa do Divino Espírito Santo da cidade de Paraty  
714 seja registrada como Bem Cultural de Natureza Imaterial, dirigido ao Presidente do IPHAN, e  
715 assinado por Maria José dos Santos Rameck;2- Em 13/11/2007 o memorando n 0564/07  
716 assinado pela Gerente de Registro do DPI, Ana Cláudia Lima e Alves, dirigido ao Sr. Carlos  
717 Fernando de Sousa Leão, então Superintendente do IPHAN/ Rio, comunicando a abertura do  
718 processo administrativo e o encaminhando a Superintendência do Rio com solicitação de  
719 anexação de documentos e informações complementares conforme o que determina o artigo 4  
720 da Resolução n 001/2006; Também definida a necessidade e a recomendação de realização do  
721 INRC a fim de subsidiar os estudos para o registro;3- Em 01/02/2008 Mônica da Costa,  
722 Assessora da 6ª SR/IPHAN encaminha à Gerência de Registro do DPI através do MEMO n  
723 42/08, assinado por Livia Ribeiro Lima, técnica em Ciências Sociais, um lote com os seguintes  
724 documentos complementares ao pedido de registro, que haviam sido solicitados pelo DPI e que  
725 foram reunidos pelo Instituto Histórico e Artístico de Paraty. São eles: 3.1-Justificativa do  
726 pedido de Registro; 3.2-Denominação da Festa e grupos sociais nela envolvidos; 3.3-  
727 Calendário Anual; 3.4- Informações gerais; 3.5- Anexo de excelentes obras publicadas sobre a  
728 cidade e a festa; tais como: “Paraty: religião e folclore”, lançado em 1974, por Thereza Regina  
729 de Camargo Maia; “Parati: a cidade e as festas”, de autoria de Marina de Mello e Souza em  
730 1994; “Festa do Divino Espírito Santo de Paraty – Manual do Festeiro”, de Diuner Mello em  
731 2003; e o “Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty.1801 – 1883”, de Maria José  
732 Rameck e Diuner Mello, também editado em 2003;3.6- Sequência de dezenas de abaixo  
733 assinados de representantes da comunidade paratiense endossando a solicitação de registro; 4-  
734 Em 31/01/2011 o Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro, através do Memorando n  
735 0046/2011 dirigido à então diretora do DPI, Dra. Márcia Sant’Anna encaminha o Dossiê  
736 Descritivo de Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, RJ, elaborado de 2008 a  
737 2010, que passa a integrar o autos do processo com 113 paginas de precioso esforço de  
738 elaboração textual compilação de informações e pesquisas. Na sequencia do dossiê está o  
739 Parecer Técnico da lavra de Livia Ribeiro Lima; 5- Em 04/03/2011 através do Memorando  
740 0321/11 a Senhora Mônica da Costa encaminha à Coordenação de Registro do DPI,  
741 documentação complementar adicional como fotos, Termos de doação de objetos para o dossiê  
742 de Registro; 6- Em 07/04/2011 novo Memorando de Assessoria do Gabinete do IPHAN /RJ



743 encaminha os documentos originais que faltavam anexar ao dossiê, bem como os Estatutos do  
744 Instituto Histórico de Paraty; 7- Em 22/07/2011, através do Memorando n 036/11 a  
745 Coordenadora do Identificação/DPI, Mônia Silvestrin encaminha à Coordenação de Registro  
746 duas Notas técnicas: a primeira de n 07/11 CI/DPI de autoria de Ivana Medeiros Pacheco  
747 Cavalcante, contendo avaliação do Inventário realizado entre os anos de 2009 e 2010, pela  
748 Superintendência do Rio e com vistas a subsidiar análises. A segunda Nota técnica 09/11 de  
749 Luciana Borges Luz, realiza uma detalhada análise de todo o processo e finaliza sugerindo o  
750 encaminhamento do mesmo à Câmara do Patrimônio Imaterial; 8- Em 28/04/11 através do  
751 Despacho n 37/11 a Coordenação de Registro/ DPI o processo é encaminhado à Coordenação  
752 Geral de Identificação e Registro Ana Gita de Oliveira reiterando a sugestão de que o processo  
753 fosse encaminhado a Câmara do Patrimônio Imaterial para manifestação conclusiva. 9- Em  
754 04/08/11, através do despacho n 46/11 GAB/DPI a Diretora do DPI encaminha o assunto à  
755 Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial; 10- Em 29/08/11 realiza-se a 19ª Reunião da Câmara  
756 do Patrimônio Imaterial cuja ata de memória está anexada na parte final do primeiro volume do  
757 Processo e contém a avaliação da Câmara julgando pertinente o pedido e decidindo, portanto,  
758 pela instrução e o prosseguimento do processo; 11- Em 18/10/11 a Diretora do DPI Dra. Célia  
759 Corsino, através do Ofício n 215/11-GAB/DPI/IPHAN (já no segundo volume do Processo)  
760 Comunica a Sra. Maria José S. Rameck a decisão da Câmara do Patrimônio Imaterial; 12- Em  
761 02/03/2012 através do Memorando 0148/2012 a Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro  
762 Sra. Maria Cristina Vereza Lodi, encaminha o material em DVD e CD de fotos com alterações  
763 solicitadas pelo DPI. 13- Em 09/03/12 o excelente parecer conclusivo n  
764 07/12/CR/CGIR/DPI/IPHAN de autoria de Luciana Borges Luz expõe de forma organizada e  
765 metódica toda a trajetória do processo e seu conteúdo concluindo com opinião favorável pelo  
766 reconhecimento como Patrimônio Imaterial do Brasil. O referido parecer obteve a aprovação da  
767 Coordenadora de Registro Cláudia Vasques bem como da Coordenadora Geral de Identificação  
768 e Registro DPI/Iphan, Ana Gita de Oliveira; 14- Em 12/03/12 o Memorando 150/12 assinado  
769 pela diretora do DPI, Célia Corsino, encaminha o processo ao Senhor Procurador Chefe do  
770 IPHAN, Sr. Heliomar Alencar de Oliveira, assim como a sugestão de extrato para a publicação  
771 do Aviso no Diário Oficial da União; 15- Em 13/03/2012 o processo é distribuído para as mãos  
772 da procuradora Federal Genésia Marta Alves Camelo que por sua vez elabora um competente e  
773 circunstanciado parecer, muito bem fundamentado e que nos garante a tranquilidade de um  
774 respaldo jurídico tão necessário aos atos dessa natureza; 16- Em 03/04/12. Inclui-se no  
775 processo o parecer N. 063/2012 da PF/IPHAN/SEDE, devidamente aprovado pelo Senhor  
776 Procurador Chefe Substituto, Dr. Heliomar Alencar de Oliveira; 17- Em 04/04/2012 o processo

777 foi encaminhado ao presidente do IPHAN para as comunicações de praxe aos interessados e  
778 posterior encaminhamento a este Conselho Consultivo. Assim, constatamos que, do ponto de  
779 vista formal, os requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do  
780 IPHAN, foram largamente atendidos e estão presentes neste processo e a generosa informação  
781 encontrada no dossiê, passa a se constituir num bom exemplo de trabalho realizado para a  
782 necessária comprovação do valor cultural do bem e de sua relevância para a memória nacional  
783 do ponto de vista cultural, histórico, etnológico, antropológico e social. Avaliando o sólido e  
784 diversificado conteúdo do dossiê se depreende uma síntese da história e da Festa do Divino.  
785 Não é difícil reconhecer como a história de Paraty é enriquecedora para a história do Brasil. O  
786 fato é que esta região se afirmou em seus primórdios como rota terrestre de comunicação ente o  
787 porto e as regiões interioranas de onde se localizava a riqueza extraída das cangas de ouro das  
788 Minas Gerais na rota que até hoje é chamada de Caminho Real. No final do século XVI uma  
789 primitiva povoação instalou-se junto à praia do Pontal em Paraty também chamada de Vila  
790 Velha, na base do morro do Forte, estabelecida pelos paulistas da época, oriundos da capitania  
791 de São Vicente. Ao longo do século seguinte, essa povoação transferiu-se para a atual posição  
792 do centro histórico graças ao seu excelente ancoradouro e à proximidade com o Caminho dos  
793 Guaianás (nativos da região), que, subindo a Serra do Mar, dava acesso ao planalto paulista  
794 fazendo crescer a economia da região, concentrando grande número de engenhos de açúcar. A  
795 primitiva povoação foi emancipada de Angra dos Reis por volta de 1660 e elevada à vila com o  
796 nome de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, em 1667, logo se destacou como importante  
797 porto comercial exportador primeiro de ouro e mais tarde de café e aguardente. No entanto, tal  
798 como ocorreu em muitas das cidades históricas brasileiras, fatores econômicos determinaram a  
799 paralisação de seu desenvolvimento, produzindo o efeito paradoxal da manutenção do casario  
800 antigo pela ausência de capital capaz de financiar um processo de renovação urbana. De fato,  
801 ao longo dos séculos, aquela povoação passou por dois reveses que determinaram uma situação  
802 de isolamento. O primeiro deles foi ainda ao início do século dezessete, com a abertura do  
803 “Caminho Novo”, criando alternativa de uma rota mais breve entre o Rio de Janeiro e as Minas  
804 Gerais e que desviou desta região a movimento das tropas de exportação de ouro e pedras  
805 preciosas. Mais tarde, já no final do século XIX, a construção de uma ferrovia lhe retirou a  
806 primazia de ser ainda um corredor de exportação de café e aguardente que era produzida em  
807 grandes proporções em seus famosos alambiques e antigos engenhos de açúcar. A partir deste  
808 período o núcleo urbano voltou a sofrer com o esvaziamento econômico, mas a comunidade foi  
809 capaz de manter uma notável autonomia em seu isolamento e alimentou uma vida social ativa e  
810 introspectiva, cultivando suas tradições culturais e preservando por décadas a fio, o seu



811 calendário de festas religiosas ao longo de todo o ano. Nos anos 50, o crescente  
812 congestionamento das grandes cidades como São Paulo, fez despertar o interesse pelo ambiente  
813 tranquilo, de locais como Paraty e a beleza das praias e do casario original, atraíram  
814 investimentos no mercado imobiliário, reaquecendo a economia local pelas atividades de  
815 veraneio, lazer e turismo. Esta alternativa de crescimento econômico se consolidou  
816 definitivamente nos anos 70 com a abertura da Estrada Rio-Santos, rota privilegiada para um  
817 grande contingente de visitantes que transformou a cidade em polo turístico. Em alerta  
818 justamente pelos efeitos negativos que a especulação imobiliária poderia acarretar sobre o  
819 conjunto histórico, surgiram as primeiras providencias no sentido de proteção legal por parte  
820 dos órgãos de patrimônio. Assim é que, em 1945, Paraty foi elevada a condição de  
821 “Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro”. Já o reconhecimento do IPHAN se fez  
822 em 1958, com a inscrição do conjunto arquitetônico da cidade nos livros do Tombo das Belas  
823 Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. E em 1974, o tombamento foi ampliado para  
824 toda a extensão do Município de Paraty. Quanto às Festas do Divino que se manifestam de  
825 norte a sul de nosso país especialmente nas áreas que receberam maior número de colonos  
826 açorianos no início do século dezessete, as pesquisas encontradas neste dossiê indicam três  
827 origens prováveis para o surgimento da tradição. Uma reivindicada por Portugal, outra pela  
828 França e a terceira pela Alemanha. No caso de Paraty, a que parece mais bem aceita pela  
829 comunidade, e é defendida pelo pesquisador Diuner Melo, indica que o culto festivo ao Divino  
830 Espírito Santo é de origem portuguesa, tendo sido iniciado no século XIII, quando a rainha  
831 Izabel, ao visitar a cidade de Alenquer, teve um sonho que lhe inspirava a construir um templo  
832 em homenagem a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Informa-nos o texto do dossiê  
833 detalhadamente sobre a evolução deste episódio original até chegar à festa de Paraty. Na  
834 sequencia, além da construção da igreja a Rainha teria fundado uma confraria em 1296  
835 conclamando o clero, a nobreza e o povo a tomarem parte das solenidades. Nesta ocasião abriu  
836 ao povo as portas do palácio para uma grande comemoração em honra do Divino Espírito  
837 Santo. Oferecendo um banquete e esmolas, convidou o mais pobre dos pobres a ocupar o lugar  
838 do Rei determinou que o Bispo do Paço lhe colocasse a coroa real. E assim investido desses  
839 símbolos de poder, o pobre pôde assistir à missa e às demais solenidades do dia. Esse gesto  
840 original, de simbólica generosidade e ostensiva humildade, pouco usual por parte de uma  
841 rainha, repercutiu grandemente na corte e passou a ser imitado em vários pontos de Portugal  
842 sempre na data da celebração dedicada ao Divino Espírito Santo. Nestas ocasiões era enviado  
843 um representante do Rei e provavelmente vem desta prática a presença atual da figura de um  
844 personagem que representa o Imperador na Festa do Divino. Transferida para os Açores e na



845 sequencia pelos colonos açorianos que a trouxeram para o Brasil ainda no século XVII, a festa  
846 do Divino se espalhou por todo o país, mas se adequando a cada região e adquirindo tons  
847 peculiares de acordo com as culturas locais. Esta transmissão do costume festeiro e religioso de  
848 origem fortemente lusitana chegou a ser tão popular e envolvente de todas as camadas sociais,  
849 que existem relatos de sua celebração até mesmo a bordo dos navios veleiros em suas  
850 demoradas travessias marítimas para a Índia, África ou Brasil, quando por acaso coincidia o  
851 período da viagem com a data de pentecostes. Há no dossiê longos textos detalhando este  
852 flagrante de migração de culturas como a transcrição de cartas de religiosos que se  
853 encontravam a bordo e testemunharam estes momentos: “Dia do Espírito Santo se fez muito  
854 solene festa em nossa nau, porque costumam por honra de tal dia eleger imperador na nau, na  
855 qual servem todos, capitão e os demais por todo aquele dia. Estava a nau toda de festa  
856 embandeirada toldada de guademecins muito frescos e com dossel de tafetá azul onde o  
857 imperador tinha cadeira. Houve à véspera canto de órgão, porque na nossa nau havia quem o  
858 sabia fazer e bem (...) Assim também, cumprindo meu ofício tive de coroar o imperador,  
859 porque o capitão dizia que aquilo se fazia para engrandecer a festa do Espírito santo e por  
860 devoção e assim não havia que recusar. Depois de dizer a missa cantada fiz prédica ao  
861 Imperador, que com toda a sua corte, do que gente parece ficou contente (...) (Carta do Jesuíta  
862 Gonçalves Rodrigues, a bordo de um navio para a Índia em 1561. Apud Miceli 1994, pp.  
863 172)(...)A seguir veio um banquete, em que os fidalgos serviam o imperador, apesar de ele não  
864 pertencer à nobreza. E também o serviam o copeiro, o trinchante etc. Comeram depois os  
865 cortesãos do imperador e por fim serviram toda a gente ali embarcada, à volta de trezentas  
866 pessoas (Carta do missionário italiano Fúlvio de Gregori escrita em Goa, a 3 de dezembro de  
867 1583). Apud Miceli 1994 pp 172-3 (fls. 46) Segue o texto do dossiê observando que: “Os  
868 elementos essenciais dos festejos descritos nas cartas tais como a missa, a escolha do imperador  
869 entre o povo comum, sua coroação e assento sob um dossel junto ao altar e a farta comida  
870 servida a todos são os mesmos que ainda existem nas cidades brasileiras em que se celebram as  
871 festividades do Espírito Santo, como Paraty no Rio de Janeiro, São Luís do Paraitinga em São  
872 Paulo, Alcântara no Maranhão, Lavras Novas de Minas e Diamantina em Minas Gerais,  
873 Pirenópolis em Goiás, entre tantas outras, como argumenta Diuner Mello (2003). O  
874 pesquisador paratiense remarca que há muitas semelhanças entre a Festa do Divino de Paraty e  
875 a Festa do Divino da Ilha Terceira nos Açores, da qual já teve oportunidade de participar”. (fl.  
876 47). Aliás, esta semelhança com as origens da festa tal como é praticada nos Açores, é um dos  
877 detalhes que mais orgulham e motivam a comunidade paratienses em sua dedicação para  
878 manter a festa, como um atestado de autenticidade que a distingue das demais realizada em



879 vários pontos do país. Assim é que o pedido de registro por parte do Instituto Histórico e  
880 Artístico de Paraty apresenta as seguintes justificativas: Existência e realização desta festa em  
881 Paraty desde o século XVII. 1. Manutenção até a atualidade de suas características originais  
882 conforme sua criação no século XIII por Isabel, Rainha de Portugal; 2. No Portugal continental  
883 esta festa perdeu suas características originais que, no entanto foram mantidas até hoje nos  
884 Açores. 3. A total semelhança da festa de Paraty com a Açoriana enquanto que no Brasil em  
885 outras cidades ela foi sendo modificada ao longo do tempo. 4. É a festa religiosa mais  
886 importante do Município objeto de grande fé do povo local que dela participa ativamente; 5.  
887 Apesar de ter sido mantida intacta e preservada em suas características, com a modernização  
888 corre riscos de graves e irreversíveis descaracterizações. Passo a transcrever a descrição do  
889 Objeto deste registro presente no excelente Parecer 07/2012/CR/CGIR/DPI/IPHAN de Luciana  
890 Borges Luz, que realiza ótima síntese, embora sem a pretensão de resumir em palavras, no  
891 espaço de nossos pareceres, a riqueza dos detalhes desta manifestação: “A festa do Divino de  
892 Paraty, Rio de Janeiro se realiza a cada ano, a partir do Domingo de Pascoa, com o  
893 levantamento do mastro, e se desenvolve principalmente na semana que antecede o Domingo  
894 de Pentecostes. É uma celebração constituída por diversos rituais religiosos e expressões  
895 culturais como a procissão que segue da casa do festeiro e carrega os signos da devoção  
896 (quadro, bandeiras, bastão, o mundo e a pomba; a Folia do Divino, encarregada de anunciar e  
897 orientar todas as cerimônias inerentes às festividades, e que passa de casa em casa, visitando os  
898 fiéis, acompanhando as procissões etc. O império do Divino, que consiste em cenário montado  
899 na casa do festeiro, onde ficam expostas as insígnias imperiais e as bandeiras; a Alvorada  
900 Festiva com a Banda Santa Cecília, que despertam a cidade no dia da festa; o bando precatório,  
901 encarregado da esmolação; as ladainhas, procissões, novenas, missas e a coroação do  
902 imperador e a representação da soltura de um preso. O almoço do Divino, a distribuição de  
903 carne abençoada e de doces, elementos de caridade e de colaboração. Também compõe a festa  
904 do Divino de Paraty, manifestações culturais como os chamados bonecos folclóricos; o boi de  
905 pano ou boi de festa, o Cavalinho e a Capinha, O Peneirinha e a Miota, ou Minhota. Também  
906 são integrantes as chamadas “danças” apresentadas ao Imperador na Praça da Matriz: o Grupo  
907 de Moçambique em Paraty chamado de “marrapaíá”, que desce da vizinha cidade paulista de  
908 Cunha para participar da festa, as cirandas, a Dança dos Velhos e a Dança das Fitas. Além  
909 disto, estão presentes os divertimentos como as competições esportivas, as gincanas, os  
910 concursos, os shows musicais, e de calouros. O Bingão do Divino, que acontece antes da festa,  
911 mas a integra por se um momento de socialização, de encontro e de interrupção da vida  
912 cotidiana, além de arrecadar recursos para a realização da festa. (fls. 222/223).E na sequencia



913 Luciana Luz, nos proporciona uma análise bastante consistente, mencionando as estratégias de  
914 atuação do IPHAN DPI no sentido de reconhecer uma representação significativa desta  
915 manifestação no universo das festas do Divino no Brasil. Analisa os debates técnicos que tem  
916 sido realizados no âmbito da Câmara do Patrimônio Imaterial, sobre como abordar aquelas  
917 festas cuja devoção é recorrente em todo o país e como avaliar e selecionar as que serão  
918 passíveis de serem reconhecidas como patrimônio cultural do País. A seguir defende como é  
919 importantes atentar em cada análise de pedido de registro de festa de Santo, para os elementos  
920 próprios específicos, que não encontramos no mesmo formato e com os mesmos sentidos e  
921 valores. Nas festas de devoção recorrentes, como é o caso das do Divino Espírito Santo, os  
922 elementos básicos se repetem, porém estes se adaptaram às transformações sofridas pela  
923 sociedade local e integraram outros aspectos conforme as características da região e de sua  
924 história, e é essa dinâmica que faz de cada festa algo bastante específico, um objeto de análise  
925 complexo em si mesmo. Em vários pontos de seu parecer, Luciana faz as necessárias  
926 articulações e se refere à semelhança com expressões de outras festas do Divino, como (na pág.  
927 9) em relação aos bonecos folclóricos que se apresentam durante o almoço do Divino no  
928 Sábado. Ou aos bois cujas brincadeiras e representações comparecem recorrentemente em  
929 várias outras festas pelo Brasil afora. Ela também chama a atenção para as diferenças, como no  
930 caso da existência de um festeiro e de um imperador na Festa de Paraty, que coexistem como  
931 elementos independentes. (pág. 10) Isto sem dúvida, é uma grande diferença especialmente no  
932 aspecto ritualístico em relação a outras festas do Divino e a de Pirenópolis em particular que já  
933 foi consagrada por este Egrégio Conselho. Quero remarcar o posicionamento do Conselheiro  
934 Ulpiano Bezerra de Menezes, defendendo o fato de que um bem para merecer este título agora  
935 almejado pela comunidade paratiense não pode deixar de ser regional e local, mas precisa  
936 obrigatoriamente ter a capacidade dialógica, ou seja, ser capaz de “conversar”, de transmitir  
937 valores para fora de suas fronteiras e desta forma naturalmente merecer o interesse nacional.  
938 Finalmente encontramos no corpo do processo as medidas recomendadas para o Plano de  
939 Salvação: • Valorização da Festa do Divino no Calendário cultural da cidade; ampliando  
940 incentivos ao turismo religioso e melhoria nas condições de produção, reprodução e circulação  
941 do bem cultural; • Sensibilização do poder local para a importância da Festa do Divino como  
942 evento sociocultural da cidade e não apenas de cunho religioso; • Valorização das formas de  
943 expressão associadas à festa do Divino e de seus mestres e executantes; • Promoção e  
944 divulgação do bem cultural. Esta é, pois, uma história que não deixa dúvidas, que se confirma  
945 em cada família, em cada cunhal de esquina, que se funde e se mistura com a história do povo  
946 paratiense que é o brasileiro. Ela está já está de longa data imaterializada no imaginário



947 popular, e foi extremamente significativo que a própria comunidade tenha encaminhado ao  
948 IPHAN através do Instituto Histórico e Artístico de Paraty a demanda pelo reconhecimento. E  
949 não posso deixar escapar a oportunidade de lembrar também que manifestações de  
950 religiosidade como estas, se revelam não só como repositório de conceitos sociais,  
951 antropológicos disponíveis ao melhor entendimento de nossa cultura urbana, mas como arquivo  
952 vivo, onde os estudiosos podem ler os signos que traduzem as origens culturais de nosso povo e  
953 da imensa parcela de contribuição que coube às tradições da fé na construção do país. Entre  
954 todos os especialistas que a estudaram, já existe o consenso de que esta manifestação alcançou  
955 tamanha força e notoriedade por se constituir em movimento coletivo e popular de massa, mas  
956 também pelo desempenho das famílias e grupos religiosos que assumem a cada ano a  
957 responsabilidade pela organização da festa e individual de cidadãos, muitas vezes anônimos.  
958 Importante reconhecer aqui e agradecer o papel dos intérpretes e músicos das folias, do  
959 Congado, do Moçambique e das agremiações ainda dentre aqueles que atuam hoje no sentido  
960 renovador da forma de expressão, com seu talento inato, capacidade de liderança e entusiasmo  
961 na forma solidária de colaborar, de compartilhar e transmitir ensinamentos sobre a festa. Papel  
962 este que não foi esquecido, mas é tão profusa a lista e que se torna também arriscado citá-los  
963 para não incorrer em injustiças por omissão. Ficou evidente em cada página do dossiê o  
964 indiscutível mérito da questão do riquíssimo patrimônio cultural que através da Festa do  
965 Divino, pulsa vivo no cotidiano de Paraty. Trata-se da oportunidade de penetrar na diversidade  
966 carregada de múltiplas expressões e é inegável reconhecer como estes aspectos foram  
967 brilhantemente abordados pelos especialistas em seus respectivos depoimentos e textos que  
968 constam dos autos deste processo. Trata-se, portanto do reconhecimento de que o estudo de  
969 manifestações da religiosidade popular como o da festa do Divino tem permitido melhor  
970 entendimento sobre a formação do povo brasileiro. De fato, além das pesquisas antropológicas  
971 e etnográficas já realizadas, temos todo um campo aberto à sociologia urbana que pode ser  
972 traçada a partir da trajetória destas festas, em decorrência de sua grande vascularização e  
973 presença em todas as camadas da sociedade. É também o retrato e o resultado de um modelo de  
974 economia baseado na mão de obra escrava, no latifúndio e na exportação em massa de produtos  
975 resultantes do extrativismo que se reproduziu de norte a sul do país nos tempos da colônia e  
976 império originando a concentração da riqueza e o paradoxo da construção de núcleos urbanos  
977 privilegiados em arquitetura e urbanismo como é o caso de Paraty. Permite-nos assim  
978 identificar as criativas estratégias de sobrevivência de um núcleo urbano que chegou a perder  
979 sua vocação econômica em dois momentos históricos, Primeiro quando ainda no século XVII,  
980 deixou de ser a principal rota de acesso às riquezas do interior do país. No segundo momento já



981 no último quartel do século XIX, quando foi construída a ferrovia. Pois nestes dois momentos  
982 importantes quando a região perdeu importância estratégica isolando e marginalizando esta  
983 sociedade, os integrantes das irmandades que posteriormente deram origem às agremiações  
984 religiosas de cada uma das paróquias acabaram por se reunir sob o manto de organizações  
985 familiares e populares para a manutenção das festas religiosas como alternativa utilizada para  
986 aglutinar suas forças e sobreviver. Assim, fechando-se sobre si mesma em seu calendário de  
987 celebrações religiosas Paraty se manteve até os nossos dias e hoje ressurgiu com a força de ser  
988 um centro cultural, polo irradiador de cultura e turismo, que além das festas religiosas que  
989 atraem milhares de romeiros é sede de um dos mais importantes e bem sucedidos eventos de  
990 cultura do país que é a Festa Literária Internacional de Paraty, a FLIP. Aproveito a  
991 oportunidade para renovar aqui a minha profissão de fé no ofício que desempenhamos neste  
992 Conselho, ao lembrar que: *“o ato de proteção, que está implícito na figura do registro, incide  
993 também sobre a autoestima das pessoas diretamente envolvidas, bem como da comunidade  
994 envoltória. Ele confere valor e como valoriza, eleva e estabelece uma aura de respeito sobre o  
995 bem que se pretende preservar. O Registro não é somente um ato jurídico e burocrático, mas  
996 uma estratégia de distinguir, de divulgar, de fortalecer argumentos de defesa e, portanto, um  
997 caminho para consolidar as perspectivas de continuidade para o futuro”*. Reconhecer a  
998 importância e o valor destas manifestações que abrigam em séculos de sua história toda a carga  
999 cultural de arte popular, religiões e crenças, é favorecer a sua proteção e ao assim proceder,  
1000 estamos cumprindo nossa obrigação institucional que é a de defender a cultura do país. De fato  
1001 o registro da Festa do Divino de Paraty se impõe, não somente pelo reconhecimento do seu  
1002 valor como documento da história e da resistência cultural no Brasil, mas também pela  
1003 necessidade de proteção e resgate de manifestações populares que abrigam importantes  
1004 testemunhos e onde se preserva e transmite valiosas tradições e conhecimentos. Com o passar  
1005 do tempo, o que fora a religiosidade dos fiéis que exprimiam a necessidade de perpetuar as  
1006 práticas que simbolizam a distribuição das riquezas e a justiça social em formas de ajuda aos  
1007 excluídos, tornou-se expressão de alegria e otimismo e o povo paratiense soube fazer de sua fé,  
1008 uma estratégia de sobrevivência. O fato é que a Festa do Divino Espírito Santo de Paraty é hoje  
1009 reconhecida como uma das mais notáveis celebrações religiosas dos brasileiros e faz parte das  
1010 que melhor representam nossa herança cultural. Entretanto não podemos também nos esquecer  
1011 de que o ato do registro representa mais uma grande responsabilidade ao IPHAN, no sentido de  
1012 não permitir que se frustrem as expectativas daquelas comunidades, como objetivamente pelo  
1013 fato de que amplia, e aprofunda seu envolvimento como instituição federal que já vem sendo  
1014 desde o ato de tombamento do conjunto de seu centro histórico nos anos 1970, administrativa e



1015 legalmente responsável pela preservação daqueles bens materiais e imateriais. Torna-se,  
1016 portanto necessário envidar imediatos esforços para garantir ao Escritório Técnico local que  
1017 seja fortalecido de recursos humanos e materiais, assegurando assim uma estrutura que venha a  
1018 permitir uma integração nos trabalhos cotidianos de gestão do acervo a ser protegido, na  
1019 medida em que propicie parcerias técnicas e administrativas entre os órgãos municipais,  
1020 estaduais, a comunidade e o IPHAN. Nestes termos, seu funcionamento deverá possibilitar  
1021 economia de meios e esforços, aumentando a rapidez e eficiência das ações, e trabalhando com  
1022 critérios compartilhados e mais próximos da realidade local. Para concluir, gostaria de  
1023 sintetizar a impressão geral que guardei, ao me despedir após minha visita de reconhecimento.  
1024 A cidade de Paraty, com seu valioso conjunto de arquitetura urbanabem preservada compõe um  
1025 belíssimo cenário de harmonia entre o patrimônio erigido pela mão do homem e o ambiente  
1026 natural privilegiado, encravado bem no ponto em que o oceano Atlântico encontra as  
1027 montanhas da Serra do Mar ainda recobertas pela natureza luxuriante da mata atlântica, e estes  
1028 elementos constituem um ambiente integrado e perfeito para a gente que ali vive e trabalha, os  
1029 paratienses, que com união e solidariedade, souberam manter suas festas plenas de alegria e  
1030 religiosidade, seus costumes e sua cultura até os nossos dias como provas materiais e imateriais  
1031 de que são também um belo testemunho digno e revelador da alma do povo brasileiro.  
1032 Manifestações como a Festa do Divino de Paraty, por se constituírem em importante foco de  
1033 permanência da história e da cultura legitimamente nacional, não só tem relevância para o  
1034 Estado o Rio de Janeiro e para o país, mas se revestem de um valor universal, como lição de  
1035 religiosidade e humanidade. Concluindo assim, e reafirmando as recomendações e os pareceres  
1036 técnicos e jurídicos que já integram este processo, **declaro-me favorável ao Registro da Festa**  
1037 **do Divino de Paraty no livro das Celebrações como Patrimônio Cultural de Natureza**  
1038 **Imaterial do Brasil.** Esta é a avaliação que submeto aos demais conselheiros. São Luís,  
1039 Maranhão, em 02 de Abril de 2013. Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés, Conselheiro do  
1040 Conselho Consultivo do IPHAN". A Presidenta agradeceu ao relator e abriu a palavra para os  
1041 conselheiros. O Conselheiro Breno parabenizou o relator pela profundidade do parecer. A  
1042 Senhora Cecilia Londres revelou o prazer de ouvir o relato feito, uma marca registrada a  
1043 enorme qualidade dos pareceres do Senhor Luiz Phelipe, elaborado e discorrido com  
1044 sentimento quase místico e muita emoção que se reflete no enlevo dos que o ouvem, como uma  
1045 caminhada feita junto por todos. Disse, ainda, que ele apresentou com muito detalhe e muita  
1046 clareza não só as origens da festa, suas ramificações no Brasil, como a situação atual que ela  
1047 representa num contexto inclusive histórico e econômico-social da cidade. Fez uma observação  
1048 por ter lhe despertado na página 11, o enaltecimento da palavra autenticidade. Havia que se ter

1049 cuidado especial com o uso dessa palavra, devendo-se evitar esse substantivo quando se está  
1050 falando das nossas manifestações. Sobre isso, perguntou ao conselheiro se era correta sua  
1051 percepção de que no texto a palavra autenticidade era a transcrição da opinião detentores da  
1052 festa, ao que o Conselheiro Luiz Phelipe respondeu que sim, que ela estava certa, afirmando  
1053 que eles tinham orgulho disso e, concordou com ela sobre sugestão da palavra ser colocada  
1054 entre aspas para ficar claro que o IPHAN e o Conselho não estavam criando hierarquia entre  
1055 manifestações culturais imateriais, tendo a própria comunidade se intitulado com tal. A palavra  
1056 foi passada ao Conselheiro Nestor Goulart Reis, que também ressaltou a profundidade e o  
1057 detalhamento do parecer, dando, acima de tudo, destaque à cidade de Paraty, e proferiu as  
1058 seguintes palavras: “No caso, trata-se de um bem imaterial que ao ser fundamentado no  
1059 Processo pelo relator, é dado destaque da na formação a importância de Paraty na formação da  
1060 região. Assume esse bem imaterial uma importância para a compreensão de todos e, sobretudo  
1061 dos que visitem Paraty, do que representou a Vila, o caminho, na formação de toda a região. A  
1062 menção ao canoeiro me fez vir à memória outro bem imaterial que talvez só exista ali, hoje,  
1063 que são as canções chamadas *Canoa Ligeira e Canoa lenta* a outra, e que eu sabia que existia  
1064 mais ou menos em 70. Eu visitando Paraty tomei conhecimento de ainda era uma forma de  
1065 música conhecida na região e composta. E que o meu colega e amigo o arquiteto Francisco de  
1066 Andrade da Escola Politécnica, em 60, numa pesquisa que nós fazíamos - era a primeira  
1067 pesquisa sistemática que eu fazia na minha vida - nós estudamos isso na Ilha Bela ele fez um  
1068 levantamento da presença dessas canções. Elas marcavam o ritmo das remadas das canoas de  
1069 voga que eram grandes canoas feitas com rebordos grandes, levando de Paraty em torno de 10,  
1070 12 barris de cachaça aos pontos mais próximos de embarque ao RJ. Da Ilha de São Sebastião,  
1071 da Ilha Bela levavam a cachaça para Santos. Mas era uma única cultura em toda a região. Mas  
1072 essas canções, essa forma deve estar praticamente desaparecendo. Acredito que a agora deva  
1073 ser muito difícil de encontrar, mas valeria a pena se tentar um esforço de registrar termos  
1074 sonoros. Visitar pessoas que talvez já não tenham mais consciência de que isso representa uma  
1075 herança cultural e material fundamental naquela região. É um fenômeno interessantíssimo”. A  
1076 seguir, a palavra foi dada ao Conselheiro Marcos Azambuja para quem o parecer do relator foi  
1077 um momento de grande qualidade, dizendo que mais uma vez ele fez uma reconstrução do  
1078 passado e trouxe ensinamentos para todos. Falou, ainda, de sua paixão por Paraty e da feira  
1079 literária, a qual achava ser impossível dar certo, mas que a realidade o revelou “um mau  
1080 profeta” e, por ela ter dado certo é “um triunfo da imaginação, da cultura”, segundo suas  
1081 palavras e destacou ainda, ser Paraty o mais importante encontro entre Rio e São Paulo, o  
1082 lugar em que o Rio se encontra com São Paulo, porque a cultura caiçara costeira era comum.



1083 Por último, interveio o Conselheiro José Liberal de Castro, para congratular-se com o relator  
1084 Luiz Phelipe, por cumprir excepcional apresentação de seu parecer. A Presidenta Jurema  
1085 Machado informou que a Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, deliberar na reunião  
1086 realizada na véspera, em dar início ao registro da canoa caiçara, medida essa que abrangerá  
1087 toda a região alvo das preocupações dos conselheiros, expressas em suas intervenções. Em  
1088 seguida colocou em votação do Parecer do Conselheiro Luiz Phelipe Andrés, tendo o Conselho  
1089 Consultivo do Patrimônio Cultural **aprovado por unanimidade o Registro da Festa do**  
1090 **Divino de Paraty Livro das Celebrações como Patrimônio Cultural do Brasil.** A  
1091 Presidenta, em seguida, ofereceu a palavra ao Secretário de Cultura de Paraty, Ronaldo Santos  
1092 que parabenizou o Conselho pelo trabalho desenvolvido e agradeceu à Superintendente do  
1093 IPHAN no Rio de Janeiro, senhora Cristina Lodi, pelo apoio à gestão municipal por parte do  
1094 Escritório Técnico, importantíssimo na cidade e citou a expectativa com relação ao registro, há  
1095 muito tempo aguardado, mas houve sempre a certeza que se tinha um grande produto a ser  
1096 apresentado, e isso podia ser verificado com a decisão do Conselho Consultivo. Terminou sua  
1097 fala com agradecimento, em nome do prefeito Casé e da comunidade. Encerrado os trabalhos  
1098 na parte da manhã, conclamou aos conselheiros para a discussão do período da tarde. Às 15  
1099 horas, do dia 3 de abril, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para discutir o  
1100 quarto ponto da Ordem do Dia: Proposta de Tombamento do Edifício “*A Noite*”. Presentes os  
1101 Conselheiros Jurema Machado, presidente, Breno Bello de Almeida Neves, Ítalo Campofiorito,  
1102 Luiz Phelipe de C. Castro Andrés, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecília Londres  
1103 Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro, Nestor Goulart Reis Filho, Synésio Scofano Fernandes,  
1104 Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil; Antonio Menezes  
1105 Junior, representante do Ministério das Cidades, Carla Maria Casara, representante do Instituto  
1106 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, Cícero Antônio Fonseca de Almeida,  
1107 representante do Instituto Brasileiro de, Eugênio Ávila Lins, representante do Conselho  
1108 Internacional de Monumentos e Sítios, Gilson Rambelli, representante da Sociedade Brasileira  
1109 de Arqueologia, José Liberal de Castro, representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil,  
1110 Roque de Barros Laraia, representante da Associação Brasileira de Antropologia. Ausentes, por  
1111 motivo justificado, os Conselheiros Arno Wheling, Marcos Vinícios Vilaça, representantes da  
1112 sociedade civil. A Presidenta Jurema Machado abriu os trabalhos da tarde informando que seria  
1113 discutida a **proposta de Tombamento do Edifício “*A Noite*” - Estúdio da Rádio Nacional,**  
1114 **Rio de Janeiro - Processo: nº 1.279-T-88, relator Marcos Castrioto Azambuja:** “Antes de  
1115 começar e passar a palavra ao Andrey para fazer a descrição do objeto, quero dar uma  
1116 explicação da situação particular de que se reveste esse tombamento pelo seguinte: ele tem



1117 origem um processo que indicava o tombamento da Rádio Nacional, mas diante de pareceres  
1118 contrários do IPHAN, de que não faria mais sentido o tombamento da Rádio Nacional, por não  
1119 se encontrar ali vestígios materiais suficientes para justificar o tombamento, esse processo foi  
1120 submetido ao Conselho e arquivado em 2010, por deliberação deste. Agora, ele volta, não mais  
1121 com abordagem de Rádio Nacional, mas como o Edifício “*A Noite*” como um todo. Foi feita  
1122 uma reanálise pela área técnica do IPHAN, mas como estamos tratando de um processo que  
1123 havia sido arquivado por decisão do próprio Conselho, o que trazemos aos senhores, aqui, hoje,  
1124 é o pedido de análise desse processo, sobre essa nova configuração, que é bem mais abrangente  
1125 do que a inicialmente proposta, e no caso, nós não estamos numa situação terminativa porque  
1126 não houve ainda a notificação dos proprietários, justamente porque partimos de um  
1127 desarquivamento de um processo e conforme o andamento das exposições, nós queríamos  
1128 também ao final, submeter ao Conselho a decisão quanto ao seguinte procedimento: em não  
1129 havendo uma objeção ao tombamento tal como proposto pelo IPHAN, nós passaríamos a  
1130 notificar os proprietários, aguardar os prazos legais e ao final do prazo legal, em não havendo  
1131 nenhuma notificação, ficaria definitivamente tombado. Nós estaríamos proferindo, aqui uma  
1132 decisão antecipada. Por que, isso? O prédio é de propriedade pública e os próprios proprietários  
1133 pediram o tombamento, então não há nenhum indicativo de que possamos ter alguma objeção  
1134 ao tombamento, mas pelo contrário, justamente os proprietários, hoje, o desejam, mas como  
1135 nós estamos tratando de um desarquivamento de um processo anteriormente arquivado, então a  
1136 sugestão da nossa Procuradoria foi no seguinte sentido: analisamos o mérito e o Conselho  
1137 achando-o procedente, formaliza-se a notificação, que na verdade vai ser um cuidado  
1138 processual. Do ponto de vista prático, ele vai ter poucos efeitos justamente porque os próprios  
1139 proprietários pediram a notificação. Então, complementaríamos esse processo formal após a  
1140 reunião, e assim a data do tombamento seria posterior a esse retorno formal dos proprietários.  
1141 Essa proposta de encaminhamento deverá ser discutida ao final”. Após sua explanação, passou  
1142 a palavra ao Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, Andrey Schlee  
1143 que preparou uma apresentação referente ao processo em discussão. “Boa tarde a todos. Para  
1144 apresentar o edifício *A Noite*, tive certa dificuldade, sempre a mesma dificuldade, separar o  
1145 Andrey professor, do Andrey diretor, porque eu acho que sempre acaba sendo uma tentativa de  
1146 montar uma aula e não de uma apresentação de um bem que merece, ou não, ser tombado. De  
1147 qualquer maneira a ideia é reproduzir um conjunto significativo de imagens, mostrando  
1148 momentos importantes daquela que foi a capital do país e, nessa história urbana, demonstrar a  
1149 importância do Edifício *A Noite*. Essa foto, obviamente escolhida com muito carinho, tirada no  
1150 momento em que o Edifício *A Noite* era um marco urbano da maior e melhor qualidade, em um

1151 Rio de Janeiro que passava por uma série de transformações, desde a Proclamação da  
1152 Republica. Do ponto de vista urbano, eu acho que temos dois grandes eventos pós  
1153 Proclamação: um, sem dúvida alguma, é a própria construção de Belo Horizonte, capital  
1154 republicana no verdadeiro sentido da palavra; e a outra repercussão significativa, sem dúvida  
1155 alguma também, foram as transformações pelas quais passou o Rio de Janeiro durante o  
1156 governo Rodrigues Alves, de 1902 a 1906, e que tem na figura do prefeito Pereira Passos um  
1157 emblema. O que significa? Significa uma série de transformações que terão repercussão,  
1158 exatamente, no local onde será, em 1929, inaugurado o Edifício *A Noite*". O Diretor Andrey  
1159 Schlee iniciou, em seguida, a apresentação de diversos slides mostrando as transformações  
1160 ocorridas no centro do Rio de Janeiro. "Esse slide (fig.1) mostra em detalhe a prainha, antiga  
1161 prainha, exatamente o local, que vai, a partir das reformas Passos, ser transformado no que é  
1162 hoje a Praça Mauá; e é, exatamente, onde vai ser construído, anos depois, o Edifício *A Noite*.  
1163 Aqui (fig.2) a gente vê, comparativamente, o que era o Rio de Janeiro, ainda em 1827, e o  
1164 trauma urbano no momento da abertura da Avenida Central, ligando a Glória à prainha, ou,  
1165 hoje, ligando o que seria o Aterro do Flamengo à Praça Mauá. E aqui ((fig.3) um mapa onde  
1166 vocês percebem a mancha da área que naquele momento foi desapropriada e remodelada ou  
1167 destruída para abertura da Avenida Central. No quadro em destaque (fig.4), é possível perceber  
1168 exatamente o local onde estava o Liceu Português e que corresponde, portanto, a uma primeira  
1169 explicação, porque que o Edifício *A Noite* ocupa todo um quarteirão de configuração irregular,  
1170 ou seja, o lote é o quarteirão e o edifício ganha projeção inclusive por essa localização singular.  
1171 Aqui (fig.5) ainda a gente tem o largo da prainha. A partir de 1910, o largo da prainha ganhou o  
1172 nome de Praça Mauá. Que ai está (fig.6), a Praça Mauá vista muito de cima, o Edifício *A Noite*  
1173 em destaque e também a direita aqui perto do píer, o elevador que, de certa forma, estrangulou  
1174 ou separou parte do centro do Rio de Janeiro do convívio direto com a água. Remanescentes  
1175 importantes, (fig.7) o edifício da Inspeção dos Portos que agora recebe e abriga o Museu de  
1176 Arte do Rio de Janeiro o MAR. Os conjuntos dos edifícios do Arsenal de Marinha e da própria  
1177 Casa Mauá no finalzinho da avenida. Aqui (fig.8) a gente tem uma vista do conjunto da praça e  
1178 lá atrás, na parte central o Liceu, exatamente aonde vai ser construído o Edifício *A Noite*. (9)  
1179 Ai esta ele, (fi.9) uma ampliação da mesma foto e o formato regular, mas com finalização em  
1180 triangulação do lote ou da quadra do Edifício *A Noite*. E aqui (fig.10) um conjunto importante,  
1181 Casa Mauá, a Inspeção à direita e no centro o Liceu Literário Português, exatamente aonde  
1182 será construído o Edifício *A Noite*. Rapidamente (fig.11) uma sequência da evolução urbana do  
1183 largo da prainha, 1820, 1844, 1910, já aqui em primeiro plano o edifício Mauá, provavelmente  
1184 na década de 60. Mais uma imagem de 1915, (fig.12), aqui então convivendo a arquitetura do



1185 ecletismo com um cantinho, uma esquina do Edifício A Noite. E a situação, (fig.13), vamos  
1186 dizer assim, de último momento, quando vai se perdendo aquela qualidade urbana, aquela  
1187 urbanidade que a praça obedecia e eu digo penúltimo momento, porque o último momento esta  
1188 sendo construído agora com a revalorização desse conjunto de bens, com a instalação de  
1189 museus, com a construção do Museu do Amanhã no píer e com a possível retirada do elevador.  
1190 O edifício é importante (fig.14) e o nome vem do jornal. O jornal foi criado em 1911 por Irineu  
1191 Marinho e, basicamente, pode-se resumir a história da construção do edifício nessas três  
1192 figuras: Irineu Marinho, pai do Roberto Marinho e fundador de O Globo, Geraldo Rocha, que  
1193 vai ser sócio do Irineu Marinho e, no segundo momento, vai assumir a presidência do jornal A  
1194 Noite e o Percival Farquhar (fig.15), que era um representante do capital internacional  
1195 americano e que esteve envolvido com a construção da estrada Madeira- Mamoré, e com uma  
1196 série de construções da infraestrutura, sobretudo ferroviária, no país. Em 1925, o Irineu deixa a  
1197 presidência do jornal A Noite e assume Geraldo Rocha, que tudo indica era espécie de testa de  
1198 ferro dos interesses do Percival, de maneira que solicita o empréstimo para construção do  
1199 edifício. Em função desse empréstimo, em 1940 o edifício inteiro vai passar para o governo  
1200 Getúlio Vargas. O edifício todo é encampado e por isso ele é, hoje, próprio Nacional. Quando o  
1201 Geraldo assume, o Irineu se afasta, fundando O Globo, falecendo logo em seguida. Há uma  
1202 ideia de modernização das indústrias gráficas do jornal A Noite e isso começa a avançar com a  
1203 publicação de uma série de revistas. Vocês estão vendo três revistas da época,(fig.16), mas o  
1204 principal projeto de modernização se dava de fato e se deu com a ideia de construção do  
1205 edifício sede. E ai então (fig.17) em 07 de setembro de 1929, foi oficialmente inaugurado o  
1206 Edifício A Noite que vocês viram na primeira imagem, que a partir daquele momento passa a  
1207 representar o que tinha de mais moderno no Rio de Janeiro e do ponto de vista de construções  
1208 em altura o edifício mais alto da cidade do Rio à época. É interessante chamar atenção de que o  
1209 discurso que justificou a construção do edifício estava associado com a ideia de modernização,  
1210 de modernidade, mas, mais do que isso, aquelas empresas, aqueles inquilinos, que por algum  
1211 motivo pretendiam ocupar espaço no Edifício *A Noite*, passavam por uma espécie de sabatina  
1212 no sentido de que representasse algo nesse sentido, e é por isso que aquelas empresas  
1213 internacionais como a Panam, como a Phillips, que estavam no Rio de Janeiro naquele  
1214 momento, passam a ser abrigadas no Edifício A Noite. E isso é tão verdadeiro que o escritório  
1215 do Lucio Costa e do Gregori Warchavchik aluga um espaço no edifício, fechando, portanto,  
1216 toda uma leitura do que era naquele momento a modernidade de um Rio de Janeiro em  
1217 transformação. Isso ganha corpo (fig.18) e divulgação nacional a partir de 1936, com o início  
1218 das atividades da Rádio Nacional e isso por si só já representa quase que um capítulo à parte da

1219 história do edifício. A Rádio Nacional é que vai projetar a imagem do Edifício A Noite em todo  
1220 país. Primeiro, obviamente, com as transmissões de rádio, mas depois com todos os programas,  
1221 com tudo que representou e ainda representa a Rádio Nacional para o país, para memória  
1222 nacional. Algumas imagens (fig.19), os primeiros locutores da rádio; alguns momentos  
1223 importantes, a escolha da rainha do rádio. Linda Batista foi a primeira rainha escolhida e reinou  
1224 de 36 a 48, quase uma dinastia, uma monarquia verdadeira. Lamartine Babo, não apenas pela  
1225 sua importância na música, mas, sobretudo, por sua ligação e proximidade com o futebol  
1226 nacional, com os hinos dos grandes clubes do país. Encampado em 1940, todo o edifício pelo  
1227 Governo Vargas, em 1941 começa o Repórter Esso. O interessante disso tudo, é que houve um  
1228 momento em que o próprio IPHAN analisou a história desse prédio, mas ele não analisou a  
1229 história do edifício, sempre analisou a da rádio, e quando a começamos a estudar quem é que o  
1230 construiu a percebe-se que houve também um somatório de esforços de pessoas bastante  
1231 significativas para arquitetura nacional. Primeira figura importante (fig.20) é essa que vocês  
1232 estão vendo em duas nas fotos, uma com a esposa e outro, sozinho de busto que é o arquiteto  
1233 francês Joseph Gire, formado na escola de belas artes francesa e que vem pra América do Sul  
1234 com um escritório que prestava serviços arquitetônicos para Buenos Aires num primeiro  
1235 momento, mas logo em seguida para o Rio de Janeiro e, estando disponível no Rio de Janeiro,  
1236 projeta juntamente com o Armando Silva Teles, o atual Palácio das Laranjeiras e o Copacabana  
1237 Palace. Coloquei essas quatro imagens (fig.21) para percebermos que, juntamente com o  
1238 Edifício *A Noite*, o quanto que os edifícios projetados marcaram as paisagens do Rio de  
1239 Janeiro, todos eles sempre tendo um destaque e todos eles de grande importância até hoje. A  
1240 segunda figura importante, de autoria do projeto arquitetônico é Elisiário da Cunha Baiana  
1241 (fig.22) que também estuda no Rio de Janeiro na Escola de Belas Artes, um colega do Lucio  
1242 Costa e que deixa um trabalho significativo do ponto de vista arquitetônico em outra capital, no  
1243 caso São Paulo. Ele é autor (fig.23) em São Paulo do edifício Saldanha Marinho, que vocês  
1244 estão vendo, já na linguagem *Art Decó*. Ele é autor do viaduto do Chá, do Edifício Mappin no  
1245 lado, e fecha então esse conjunto de marcas na paisagem agora paulista bastante significativa  
1246 do ponto de vista de como que a gente não parou em um determinado momento para analisar a  
1247 obra dessas figuras. E finalmente a terceira figura exemplar no caso do edifício *A Noite* é o  
1248 engenheiro Emílio Henrique Baumgart (fig.24). Ele é importantíssimo na evolução do concreto  
1249 armado no Brasil, no cálculo de pontes em concreto armado e no cálculo do edifício do atual  
1250 Palácio do Capanema, o edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública, o marco da  
1251 arquitetura moderna brasileira. Aqui (fig.25) uma propaganda do Gusmão Dourado que é a  
1252 empreiteira, a empresa que construiu o Edifício A Noite, a gente conseguiu meio que mapear o





Figura 1



Figura 2

Handwritten signature or mark in blue ink.

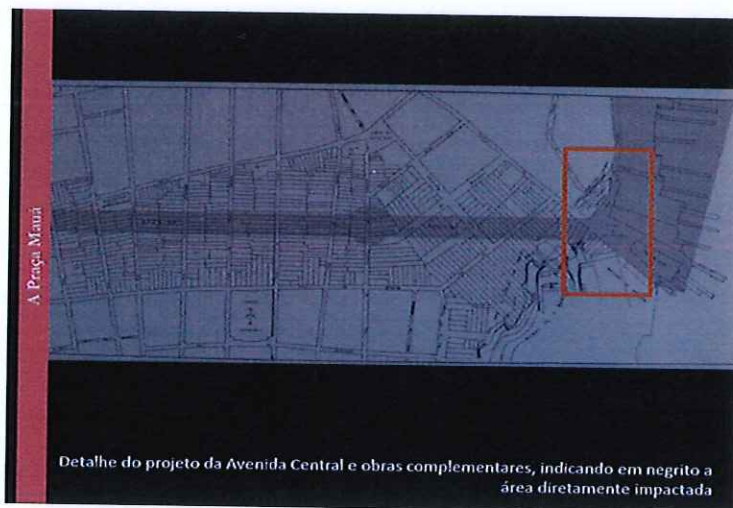


Figura 3



Figura 4

Handwritten signature or initials in blue ink.



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 9

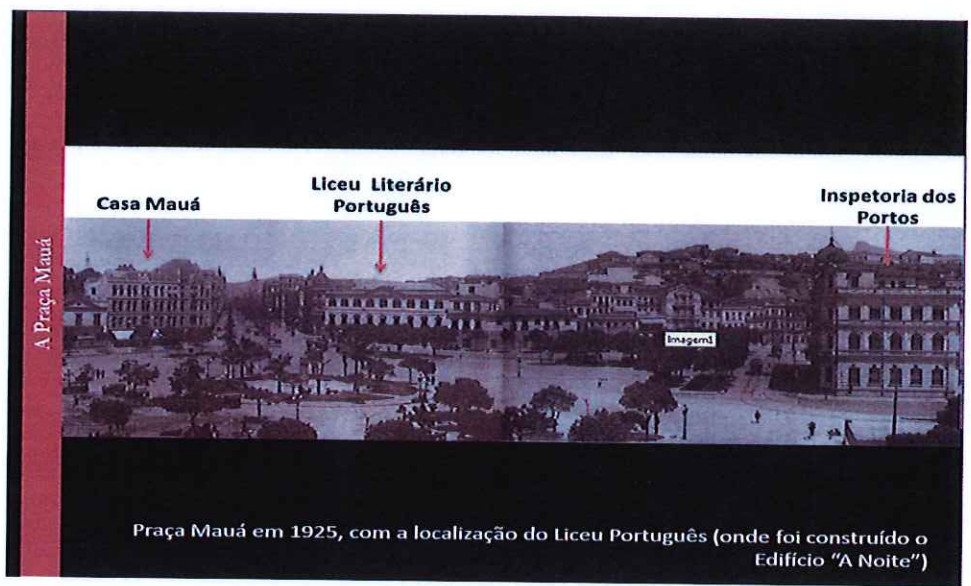


Figura 10

A Praça Mauá



1820

Largo da Prainha (atual Praça Mauá) em 1820

A Praça Mauá



1844

Largo da Prainha (atual Praça Mauá) em 1844

A Praça Mauá



1910

Largo da Prainha em 1910, com a presença da Casa Mauá (esquerda) e do Liceu Literário Português (direita, onde foi construído o Edifício "A Noite")

Figura 11



Figura 12



Figura 13

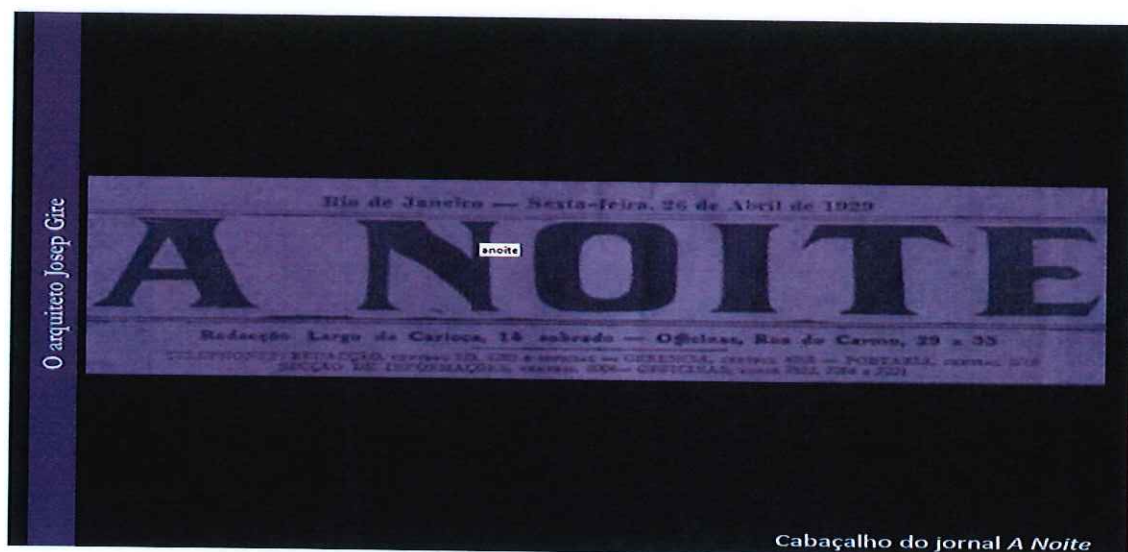


Figura 14

Handwritten signature or mark in blue ink.

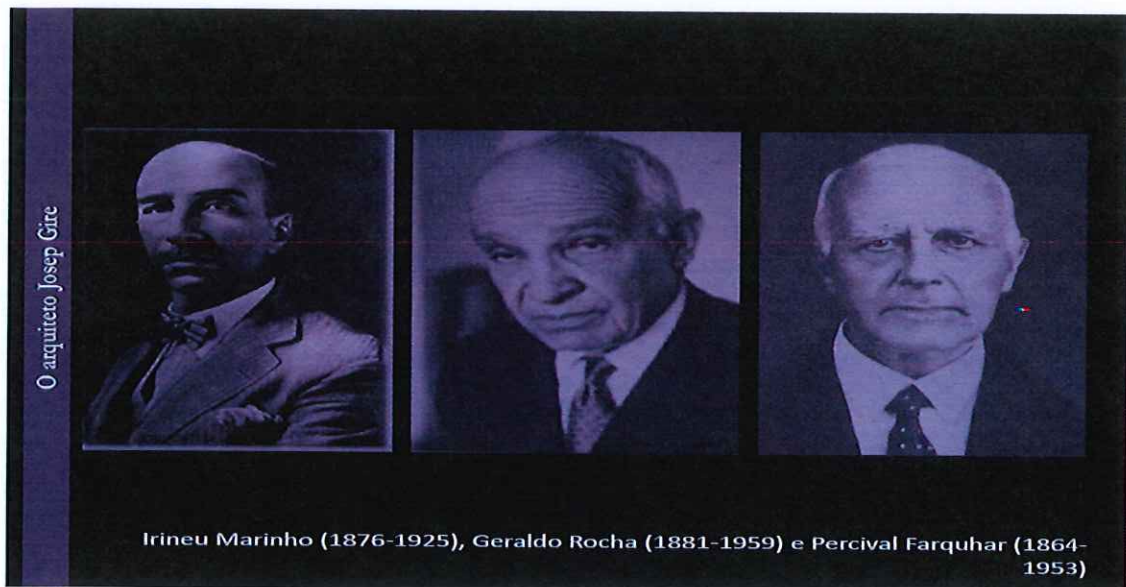


Figura 15



Figura 16



Figura 17



Figura 18 - Linda Batista



Figura 19 – Lamartine Babo



Figura 20

Handwritten signature or initials in blue ink.



Figura 21

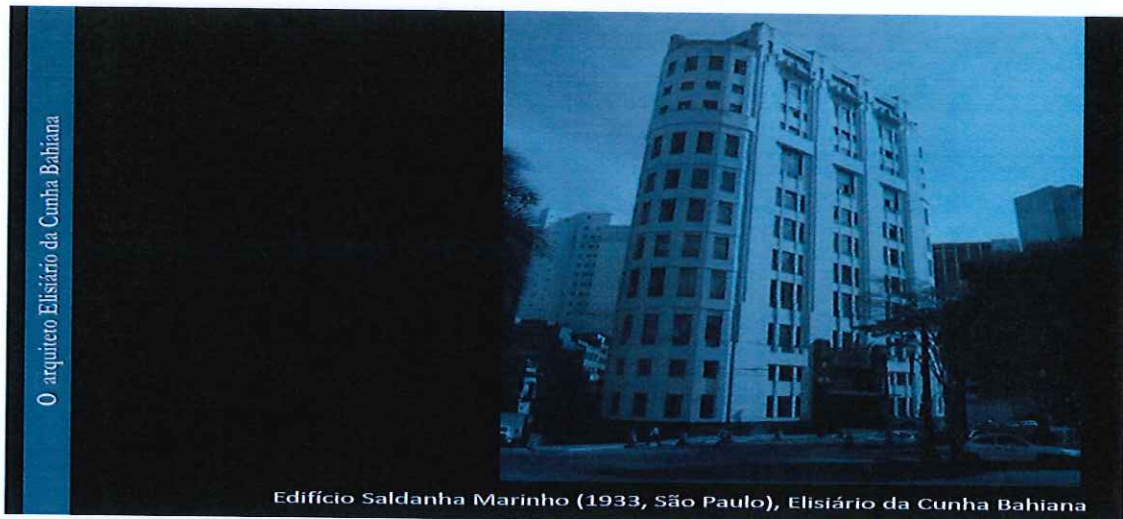


Figura 22



Figura 23

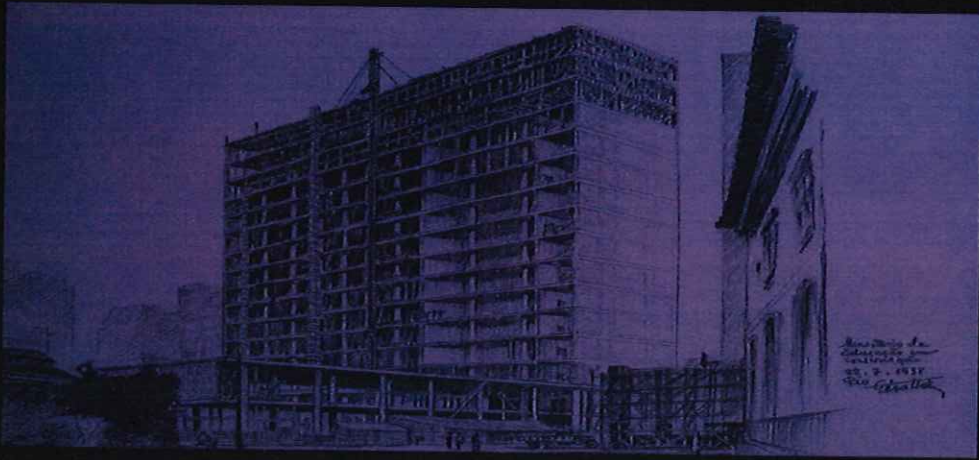
Handwritten signature or initials in blue ink.

O engenheiro Emílio Henrique Baumgart



Emílio Henrique Baumgart (1889-1943)

O engenheiro Emílio Henrique Baumgart



Execução do Ministério da Educação e Saúde Pública, Rio de Janeiro. Desenho de Géza Heller de 1938

Figura 24

O engenheiro Emílio Henrique Baumgart



Publicidade da construtora Gusmão, Dourado & Baldassini

Figura 25

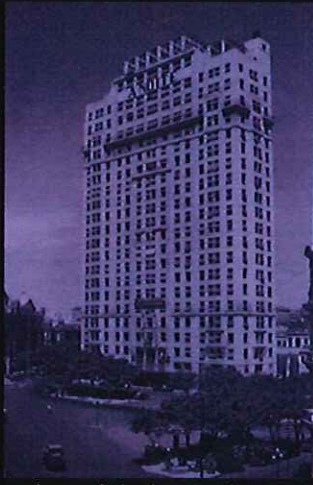
A handwritten signature or mark in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

O engenheiro Emilio Henrique Baumgart



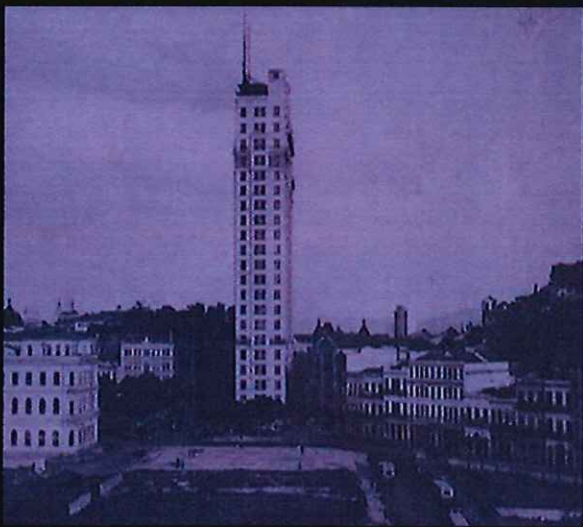
Edifício "A Noite" em construção, Joseph Gire e Elisiário da Cunha Bahiana (1928)

O engenheiro Emilio Henrique Baumgart



Edifício "A Noite", Joseph Gire e Elisiário da Cunha Bahiana (1929)

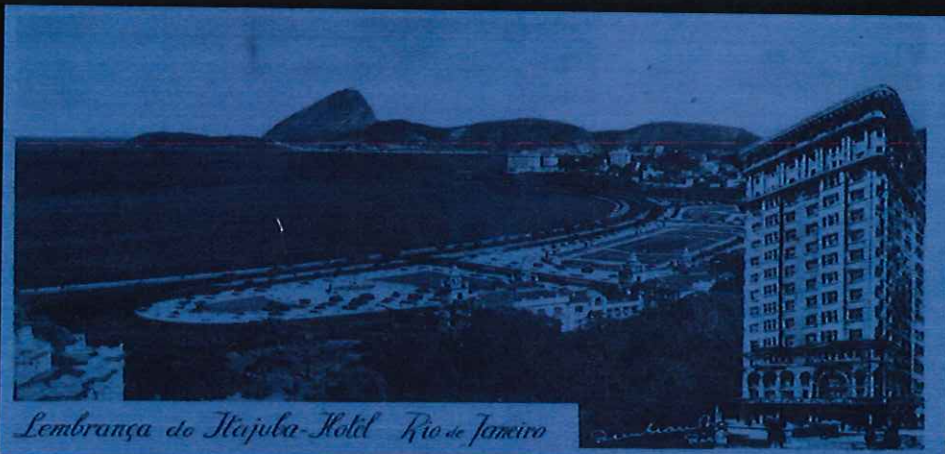
O engenheiro Emilio Henrique Baumgart



Edifício "A Noite", Joseph Gire e Elisiário da Cunha Bahiana (1929)

Figura 26

Edifícios altos no Brasil



*Lembrança do Itajubá-Hotel Rio de Janeiro*

Edifício Itajubá-Hotel, Rio de Janeiro

O engenheiro Emílio Henriques Baumgart



Edifício "A Noite", Joseph Gire e Elisiário da Cunha Bahiana (1929)

Figura 27

Edifícios altos no Brasil



Sequência de edifícios em altura na Cinelândia, Rio de Janeiro

Figura 28



1253 conjunto de técnicos que construiu esse belo edifício. E aqui (fig.26) vemos, então, uma  
1254 sequência de imagens do edifício sendo executado. Não estamos acostumados de ver essa  
1255 imagem que é de lado, ele é muito estreito, muito esbelto e algumas imagens de fotografias de  
1256 época em que ele era apresentado de fato como o grande arranha-céu do Rio de Janeiro. Só para  
1257 chamar atenção, essa sequência que estamos vendo, são os primeiros edifícios em altura do Rio  
1258 de Janeiro, na Cinelândia, em geral cinemas e hotéis, na Cinelândia na frente do Teatro  
1259 Municipal. O Edifício Itajubá e o Edifício *A Noite* (fig.27), são os primeiros edifícios que vão  
1260 ter pelo menos mais do que seis pavimentos no centro do Rio de Janeiro (fig.28). Fotografias  
1261 atuais com o seu vizinho já citado, no centro da Praça Mauá. Hoje ele está todo protegido, esta  
1262 com redes, então as fotografias só talvez a última fotografia é que vai mostrar eles com redes”.  
1263 Em seguida, o Conselheiro Marcos Azambuja iniciou a leitura do parecer: “Era - para quem  
1264 desembarcava no porto do Rio de Janeiro depois de 1930 - a primeira incontornável  
1265 referência visual. O grande edifício - o maior então da cidade e, como se não bastasse, de toda  
1266 a América do Sul - era a prova de que a cidade afamada por sua beleza natural tinha também  
1267 outras credenciais para apresentar-se como um centro urbano moderno e civilizado. O edifício  
1268 fechava a Praça Mauá. Fazia esquina com a Avenida Rio Branco e dominava do alto de seus  
1269 130 metros, divididos em 22 andares (contariam como 30 se o pé direito de cada um de seus  
1270 andares fosse mais baixo), um pedaço da Baía da Guanabara. E no seu entorno imediato, uma  
1271 paisagem construída ainda de sobrados e prédios de pequena presença, e onde apenas o  
1272 Mosteiro de São Bento, montado em sua elevação natural, podia servir como contraponto. A  
1273 obra deveu-se à colaboração dos arquitetos Joseph Gire que já havia dado ao Rio, entre outras  
1274 obras, o Copacabana Palace e o Hotel Glória, e Eliziário da Cunha Bahiana. Contou, ainda,  
1275 com a colaboração indispensável do calculista Henrique Baumgart ficando a construção a cargo  
1276 de empresa Gusmão, Dourado e Baldassini. O título de mais alto edifício no país durou pouco  
1277 já que o prédio da Praça Mauá foi logo ultrapassado pelo Edifício Martinelli, em São Paulo,  
1278 que o ultrapassou por uma diferença de escassos dois metros. Pouco tempo depois foi vez de  
1279 Buenos Aires conquistar o troféu sul-americano com o Edifício Kavanagh que lá está, até hoje,  
1280 na Praça San Martín. É curioso que os três prédios sobreviveram, até hoje, guardando no  
1281 essencial as suas linhas e o seu prestígio. O edifício Kavanagh continua a ser um dos grandes  
1282 endereços da Capital argentina; o edifício Martinelli retém seus títulos no centro de São Paulo e  
1283 chegou, agora, a vez do octogenário prédio de *A Noite* dourar os seus brasões e a reconquistar  
1284 espaço e a visibilidade em uma região portuária em processo de recuperação e valorização. Os  
1285 promotores originais não tiveram os meios necessários para levar a termo o projeto da  
1286 construção do Edifício que estava além do fôlego de Irineu Marinho e de Geraldo Rocha e a

1287 obra foi terminada e seu controle assumido por Percival Farqhar que representava entre nós  
1288 significativos capitais americanos e canadenses. Foram logo encontradas importantes empresas  
1289 que ocuparam salas e andares do edifício e o jornal *A Noite* ali manteve sua redação durante  
1290 largo período e podia-se ler no alto da fachada o nome daquele vespertino que foi, por um  
1291 período, o de maior tiragem do país. Anos depois da inauguração, quatro andares do prédio são  
1292 ocupados pela Radio Nacional, cujo prefixo PRE-8, era então conhecido em todo o Brasil e  
1293 que, por sua mistura de radionovelas, programas de auditório e noticiários – entre os quais cabe  
1294 destacar o Repórter Esso - que foi durante a guerra o ponto de irradiação mais prestigioso do  
1295 sistema brasileiro de comunicações - assume uma posição de absoluta liderança na nossa mídia  
1296 de então. O que destaco aqui, é que durante décadas, do prédio de número 7 da Praça Mauá,  
1297 divulgava-se para a cidade e o país boa parte da informação e do entretenimento que aqui se  
1298 consumia e produzia. Faço aqui o que talvez devesse ter feito em primeiro lugar isto é registrar  
1299 e elogiar a excelente documentação que informa o Processo de Tombamento 1648-T-12 tanto  
1300 em sua parte principal quanto nos anexos que o acompanham. Da leitura desse material certas  
1301 evidências emergem de forma incontornável: a) o edifício de *A Noite* representa um marco que  
1302 não deve ser ignorado da nossa arquitetura e engenharia da época de sua construção, o que  
1303 envolve o fim da década de 1920; b) o edifício é um exemplo interessante do alcance do  
1304 movimento “*Art Déco*” no Rio de Janeiro e embora seu interior tenha sido amplamente  
1305 descaracterizado sua parte externa sofreu poucas alterações desde a época de sua construção; c)  
1306 o fato de ter abrigado o jornal *A Noite* e a Rádio Nacional faz com que o edifício seja um  
1307 marco importante na história do jornalismo brasileiro; d) o processo ora em curso de renovação  
1308 e revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro reclama que se conceda atenção especial a  
1309 um dos marcos referenciais da região. Em volta da antiga Prainha, hoje Praça Mauá, foi  
1310 inaugurado faz poucos dias o MAR (Museu de Arte do Rio) que será, espero, logo  
1311 acompanhado pelo Museu do Amanhã, que agora se constrói sobre o “píer” fronteiro à Praça  
1312 Mauá; em poucas semanas o elevador que tanto enfeia o local começará a ser demolido e  
1313 acredito que irão prosperar importantes projetos de valorização do velho porto onde ainda se  
1314 esconde a Casa de Banhos de Dom João VI, o Cemitério dos Ingleses e os que se estão  
1315 recuperando do Cais e do Mercado do Valongo, dolorosamente associado ao tráfico negreiro  
1316 para o Brasil. Não sugiro que esse processo será indolor e tenho presente a necessidade de  
1317 proteger uma população, que embora não numerosa, deverá ser deslocada e que não poderá ser  
1318 esquecida em suas justas reclamações. Registro que o edifício de *A Noite* já foi tombado pelo  
1319 governo do Rio de Janeiro e tenho presente que um processo de tombamento do antigo  
1320 auditório e de outros espaços da Rádio Nacional arrastou-se, de forma inconclusiva, durante

1321 vários anos. De fato, apesar de ser sensível ao valor sentimental do gesto, e do que se pretendia  
1322 preservar, era forçoso reconhecer que o espaço já havia sido alterado de maneira decisiva e que  
1323 não seria possível recapturar os sons e as emoções da uma época que já vai distante. Existem  
1324 problemas residuais a examinar. A proteção dos espaços da antiga Rádio Nacional é um deles,  
1325 reclama soluções engenhosas e sensíveis, mas que escapam, acredito, aos objetivos deste  
1326 parecer. Sou, **assim, favorável ao tombamento do edifício de número 7, da Praça Mauá,**  
1327 **pelo seu significado na história do concreto armado no Brasil, por seu valor na paisagem**  
1328 **portuária do Rio de Janeiro e porque aquele espaço,** durante não poucos anos, foi um dos  
1329 pontos centrais da irradiação do jornalismo escrito e falado do Brasil”. Marcos Castrioto  
1330 Azambuja, em 3 de abril de 2013. O Conselheiro Breno Almeida pediu a palavra e disse  
1331 conhecer bem o prédio, por ter integrado a última diretoria do INPI – Instituto Nacional de  
1332 Propriedade Industrial - a deixar o edifício *A Noite* por necessidade imperiosa de reformas. De  
1333 acordo com o Conselheiro, a Rádio Nacional há uns cinco ou seis anos atrás teve restaurada  
1334 todo o seu auditório, que era um auditório famoso, com a ajuda da Petrobrás, e ficou até muito  
1335 bom, mas o prédio como um todo necessitava de reforma. O Conselheiro Nestor teceu  
1336 considerações sobre diversos expoentes daquele período: “Gostaria de lembrar que  
1337 provavelmente naquele momento foi o edifício mais alto do Brasil, depois o Martinelli que não  
1338 tinha as mesmas qualidades ficou um pouco maior, mas não tinha as mesmas qualidades  
1339 arquitetônicas, inclusive ficou maior por causa de alguns artifícios. A segunda questão fica em  
1340 aberto, mas é uma observação que fica como registro que meu professor de resistência dos  
1341 materiais e historiador do concreto armado do Brasil, Augusto Carlos de Vasconcelos, que é  
1342 carioca, mas residiu naquela época em São Paulo, ele estudou o Jockey Club que não está  
1343 mencionado aqui, com a sua versão antiga, que era extraordinariamente bonita, é uma estrutura  
1344 lindíssima, eu tenho fotografia da época, depois ficou muito infiltrado porque em São Paulo  
1345 com o clima não é bom para concreto poroso e apresentava manchas e fizeram aquela solução  
1346 fascista que está lá, mascarou o edifício. Mas o professor Vasconcelos lembra que ninguém  
1347 sabia até aquela época que ele publicou o livro dele que foi calculista de concreto do Jockey  
1348 Club São Paulo que era uma obra extraordinária. Aqui pela leitura, diante da explicação do  
1349 professor Andrei, nós devemos registrar a possibilidade que tivesse sido Baumgart, porque  
1350 sempre que ele era mencionado, entre os nossos professores notava-se um clima de ciúme.  
1351 Então eu acredito que houvesse certa omissão em relação a isso. Era sempre um mistério. Mas,  
1352 pela qualidade da estrutura, e por essa ligação pouco anterior do Eliziário da Cunha Bahiana  
1353 com o Baumgart, é de se imaginar que pudesse ter sido ele porque era uma estrutura  
1354 extraordinária”. A seguir se pronunciou o Conselheiro José Liberal: “O tombamento de *A Noite*



1355 representa um passo, um reconhecimento de que a história não tem “buracos”. Quando a  
1356 arquitetura moderna foi introduzida no Brasil, esse reconhecimento considerou um passado  
1357 remoto, o período colonial, mas não admitiu a arquitetura que se fazia na ocasião – eclética,  
1358 proto-moderna, *Art Déco* ou qualquer outro nome que se queira dar. O proto-modernismo,  
1359 então aceito e em curso, foi rejeitado para segundo plano, no caso, é claro, juntamente com o  
1360 prédio de *A Noite*, obra de representantes do grupo proto-moderno. Curiosamente, Lúcio Costa  
1361 chama a atenção para muitos projetistas da época que aceitavam fazer qualquer negócio,  
1362 estético ou comercial. No caso de *A Noite*, teve importância maior a figura do engenheiro  
1363 Emílio Baumgart (1889-1943), catarinense, neto de um construtor alemão. Baumgart mudou-se  
1364 para o Rio de Janeiro muito jovem, ainda falando mais alemão do que português. Depois, já  
1365 estudante de engenharia, integrado, começou a trabalhar com os alemães da firma Lambert &  
1366 Riedlinger, introdutores do concreto armado no País. Concluído o terceiro ano, veio a afastar-se  
1367 do curso, o que era comum, pois, desde o Império, a Escola Politécnica formava dois tipos de  
1368 profissionais. Um, que estudava três anos e recebia o título de engenheiro-geógrafo. Deixava a  
1369 escola, ia trabalhar ganhar dinheiro e, depois, conforme as circunstâncias, voltava para  
1370 completar o curso pleno, de cinco anos. Isto aconteceu com o Baumgart. Quando começou a  
1371 trabalhar em seu próprio escritório, logo fez o cálculo estrutural de uma obra de importância, o  
1372 estádio do Fluminense. Em seguida, começou a executar cálculos de pontes nas quais sempre  
1373 empregou técnicas novas”. O Conselheiro Italo Campofiorito pediu a palavra e disse o seguinte:  
1374 “São só duas palavras, é o seguinte vai para o Livro Histórico pelo que eu entendi. Porque,  
1375 infelizmente, eu não escutei o discurso completo do embaixador que é ótimo, mas seria  
1376 conveniente, e eu estou propondo ao conselho que se dissesse que esse prédio *A Noite*, que está  
1377 sendo tombado no Livro histórico, é o prédio de Baumgart, porque tudo indica que noventa por  
1378 cento da qualidade desse prédio se deve a Baumgart, se o relator estiver de acordo comigo”. A  
1379 Presidenta Jurema interveio para dizer que iria submeter ao Conselho considerar a inscrição no  
1380 Livro Histórico e no de Belas Artes, apesar da opinião da área técnica ter sido apenas o livro  
1381 histórico pelas grandes modificações no interior do edifício. O Conselheiro Italo Campofiorito  
1382 pediu novamente para falar e esclareceu: “Se existisse filosofia do patrimônio, e existe um  
1383 alemão que estuda isso, para o qual é inevitável que todo prédio tombado por razão artística  
1384 acabe histórico. Nem todo o edifício artístico termina por ser uma obra prima estética, é  
1385 verdade, mas todo prédio tombado por valor estético eu duvido que alguém encontre um que  
1386 não tenha se transformado num prédio histórico, de modo que a história tem uma  
1387 predominância muito grande. Por causa da tradição Lucio Costa da Escola de Belas Artes  
1388 antiga, é que põe sempre o livro de Belas Artes em primeiro lugar e em segundo lugar



1389 colocamos Histórico. Mas na verdade, o patrimônio é histórico, quer dizer, isso é a minha  
1390 opinião, de modo que tanto faz para mim para que livro ele vá. Baumgart não faria questão de  
1391 ir para o Livro das Belas Artes. Mas, o que eu estou propondo, é que os dois nomes figurem  
1392 juntos, o que é até uma coisa muito bonita do IPHAN: reconhecer o que o arquiteto e  
1393 engenheiro, às vezes, fazem juntos”. O Diretor Andrey Schlee considerou que há muita  
1394 diferença na linguagem dos dois arquitetos responsáveis, quando se olha os prédio, sendo muito  
1395 claro a proximidade da linguagem presente em São Paulo com a do edifício *A Noite*, mas seria  
1396 importante considerar que os arquitetos daquele momento, inclusive Lucio Costa, circulavam  
1397 ainda entre os estilos, e no momento da virada, disse ele, aquele pessoal oferecesse,  
1398 naturalmente, a sua possibilidade de linguagem. O Conselheiro Nestor Goulart usou da palavra  
1399 para esclarecer alguns pontos: “Gostaria de esclarecer duas questões. Primeira: creio que deve  
1400 ir para o livro de Artes Plásticas, por uma questão de princípio. Um pouco diferente da linha de  
1401 leitura sobre o Movimento Moderno, do livro do arquiteto Ítalo Campofiorito, vejo pelo menos  
1402 três caminhos claros para a formação do Movimento Moderno de Arquitetura. Um, é de  
1403 atendimento aos objetivos sociais, mais voltado para casas populares. Foi extremamente  
1404 relevante, na origem socialista do Movimento Moderno, o que justificou uma oposição da  
1405 direita a esses projetos. Outro é de busca de uma nova linguagem, que é a linha de análise do  
1406 Conselheiro Ítalo. O terceiro é o da modernização técnica, que tem muito a ver com a  
1407 modernização feita pelos engenheiros, em função das novas técnicas de estrutura, a partir do  
1408 aço e do concreto armado. Assim, creio que as três devem estar representadas, porque não acho  
1409 que o Movimento Moderno tenha tido origem apenas na busca de uma solução plástica. Esse é  
1410 apenas um dos caminhos que foram percorridos. Em segundo lugar, gostaria de registrar (e esse  
1411 é apenas um dado histórico), que o autor do projeto do Fluminense Futebol Clube era um  
1412 engenheiro arquiteto de São Paulo, então jovem, de nome Hipólito Pujol, professor da Escola  
1413 Politécnica, que foi prestigiado pelo fundador daquela instituição, engenheiro Paula Sousa. Este  
1414 era um engenheiro que estudou na Alemanha. Assim que Pujol se formou, Paula Sousa o  
1415 enviou à Alemanha, para estudar projetos de estrutura de aço e de concreto, na mesma  
1416 universidade em que o diretor havia estudado. Quando Pujol voltou, Paula Sousa dispensou os  
1417 técnicos alemães que cuidavam do Laboratório de Ensaio de Materiais da Escola Politécnica e  
1418 nomeou Pujol para seu lugar. Este desenvolveu estudos sobre resistência de estruturas de  
1419 concreto, dando uma nova dimensão ao laboratório, que daria origem mais tarde ao IPT –  
1420 Instituto de Pesquisas Tecnológicas - principal ponto de apoio para uso do concreto, na  
1421 arquitetura paulista. Poucas pessoas lembram, mas na Alemanha, foram os arquitetos que  
1422 estabeleceram a tecnologia do concreto e todo um conjunto de normas técnicas de engenharia,

1423 adotadas em escala mundial. Havia, portanto, uma ligação extremamente forte entre Baumgart  
1424 e Pujol, no projeto da sede do Fluminense Futebol Clube. Em época anterior, Baumgart estava,  
1425 portanto, trabalhando em outro projeto, no mesmo sentido de modernização que estamos  
1426 apontando. Para concluir, teremos que mencionar que quando Paula Sousa faleceu, seu  
1427 substituto, o arquiteto Ramos de Azevedo, que tinha ideias conservadoras sobre arquitetura,  
1428 exigiu o desligamento do professor Pujol da Escola Politécnica, porque ele estava passando  
1429 mais tempo no Rio de Janeiro, ajudando nas obras do Centenário da Independência e da sede  
1430 do Fluminense, do que em São Paulo. Esses esclarecimentos têm por objetivo registrar a  
1431 importância da modernização técnica para a formação do Movimento Moderno da  
1432 Arquitetura”. A Presidenta retomou a palavra e a passou para o Conselheiro Cícero de Almeida  
1433 que disse ter estudado por muitos a Rádio Nacional e a vida de Orlando Silva, porque sua  
1434 infância foi povoada pela admiração de seus pais pelo cantor, fora do comum, o que o levou a  
1435 se formar em museologia e se interessar pela Rádio Nacional que assim, durante muitos anos eu  
1436 estudei a Rádio Nacional e a vida do Orlando Silva, essas coincidências da vida, porque eu  
1437 ouvia desde criança, meus pais se referiam ao Orlando Silva como uma coisa que foi fora do  
1438 comum, isso me levou depois de me formar em museologia me interessar pela Rádio Nacional.  
1439 Declarou que quando se estuda o Estado Novo e as implicações, como a censura na emissora,  
1440 tinha uma coisa que todos os livros falavam das memórias dessas grandes pessoas ligadas à  
1441 Rádio Nacional que era a questão do elevador do prédio e o hall de entrada. Ambos estão em  
1442 quase todas as descrições quando se identificavam um delator do estado novo no hall no prédio.  
1443 Citou que Mário Lago em sua biografia, disse que ficava desconfiado em subir o elevador com  
1444 um dedo duro da ditadura. Segundo, ainda, o Conselheiro, “quando eu vi a indicação do prédio  
1445 A Noite, uma indicação que era híbrida de uma arquitetura que ficou um pouco esquecida, de  
1446 um período que na verdade foi o próprio IPHAN que vitimou o esquecimento, ele criou certa  
1447 amnésia, mas isso é uma coisa absolutamente considerada. Mas a importância que esse prédio  
1448 tem nesse imaginário dos anos 30 e 40 e no tempo do estado novo, as relações de vida e como  
1449 eu li tanta coisa sobre aquilo, o elevador da Rádio Nacional, se o delator estava na porta, quem  
1450 ia, os ingressos para entrar no auditório, a fila que se formava na porta daquele prédio, com  
1451 toda a beleza das multinacionais que estavam ali, o repórter Esso, então eu acho assim, que  
1452 houve uma brilhante harmonização desses efeitos”. De volta com a palavra, a Presidenta  
1453 informou que estavam presentes os diretores da Empresa Brasileira de Comunicação da EBC, o  
1454 Eduardo Castro, Diretor Geral, e Victor Ortiz diretor de relações institucionais. Em seguida,  
1455 pediu licença para pronunciamento da Superintendente do IPHAN do Rio de Janeiro, Cristina  
1456 Lodi, tendo em vista a preocupação dela com a temática de belas artes, pela implicação futura



1457 dessa questão na gestão da própria conservação do edifício, que disse as seguintes palavras:  
1458 “Eu gostaria de aproveitar e agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que sempre, na  
1459 superintendência, fui a favor do registro desse edifício no Livro das Belas Artes. Fui voto  
1460 vencido junto aos meus técnicos que substanciaram o parecer. “Eu pedi ao Andrey para ele  
1461 falar que o Livro Histórico é pouco para esse edifício pelo que ele representa na história da  
1462 arquitetura no Brasil, e pelas características de sua estrutura, que ainda estão intactas”. Em  
1463 seguida, o Conselheiro Breno Bello teceu considerações sobre o projeto básico que está sendo  
1464 feito pelo INPI em conjunto com a EBC e mostrou preocupação com as deturpações feitas no  
1465 hall de entrada e nos elevadores. A Presidenta afirmou que a superintendente sinaliza que o  
1466 projeto de restauração do próprio INPI vai ser licitado e está sendo acompanhado pelo IPHAN  
1467 e deu, ainda, a seguinte explicação: “É claro que ela não vai propor retornar os elevadores que  
1468 saíram, pois isso não é nem compatível com critérios de intervenção, mas eu acho que uma  
1469 discussão como essa aqui, hoje, e a razão até pela qual essas Atas são gravadas, também  
1470 subsidiam isso. Os valores que foram levantados, aqui, são os valores decorativos do edifício,  
1471 valores de conjunto de uma concepção arquitetônica e estrutural que são irmanadas nesse  
1472 prédio, ou seja, eu acho que a superintendência, a partir desse debate aqui hoje tem os  
1473 elementos para fixar esses critérios de intervenção”. O Conselheiro Synézio Scofano, disse  
1474 estar com uma dúvida conceitual que esperava ser elucidada e tinha a impressão que o registro  
1475 do Livro Histórico diz respeito à contribuição do bem para o desenvolvimento da história  
1476 política, social e econômica da sociedade e o Livro das Belas Artes registra o bem pelo impacto  
1477 da beleza, da monumentalidade e pela contribuição à história da arquitetura. Logo, disse ele, se  
1478 apreciar-se a importância desse bem para o desenvolvimento da história, tem-se o argumento  
1479 para inscrevê-lo nos dois livros. O Conselheiro Marcos Azambuja pediu para acrescentar  
1480 algumas palavras a seu parecer. Declarou que “o valor do prédio, era de tal maneira, porque os  
1481 outros prédios só apareciam lá na Cinelândia, entre aquilo e nada e ainda havia um descampado  
1482 de uns dois, três ou quatro andares, então lamento a perda o Liceu Literário Português, que era  
1483 um prédio de certa qualidade e de certo valor e de certas excentricidades, onde havia a casa de  
1484 Mauá e aqueles outros. Eu quero dizer é que o Baumgarten é um extraordinário calculista,  
1485 porque a pulsação do auditório da Rádio Nacional faria tremer o Pão de Açúcar. É difícil para  
1486 quem não viveu esses dias, imaginar o que era o auditório, o som da rivalidade entre Emilinha  
1487 Borba e Marlene. Aquilo era uma coisa que pulsava. Falou-se dos corredores, dos elevadores. É  
1488 um milagre que aquele prédio tenha sobrevivido a tanta animação, a tanto ritmo e a tanto  
1489 batuque. De modo que eu ao consagrar Baumgart quero dizer que ele foi submetido a um teste  
1490 inédito na história, foi um baticum que durou durante quinze anos, obrigado”. Novamente com

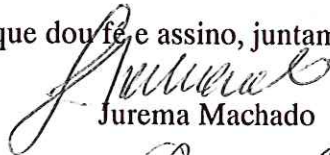


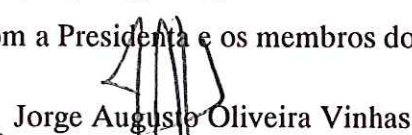
1491 a palavra, a Presidenta consultou aos conselheiros se poderia colocar em votação o tombamento  
1492 do Edifício *A Noite*. Dada a concordância pediu aos conselheiros que fossem favoráveis a  
1493 inscrição do edifício *A Noite* no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo das Belas  
1494 Artes se manifestassem levantando a mão, e **por unanimidade os Conselho Consultivo do**  
1495 **Patrimônio Cultural, em 3 de abril de 2013, decidiu pelo Tombamento do Edifício A**  
1496 **Noite no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo das Belas Artes.** Antes de  
1497 encerrar a reunião a Presidenta apresentou os senhores o Eduardo Castro e o Victor Ortiz,  
1498 representantes da Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, passando a palavra para o Senhor  
1499 Castro se dirigir ao Conselho: “Boa tarde a todos. É uma satisfação aqui estar representando a  
1500 EBC e a Rádio Nacional nesse momento, por causa de tudo isso que foi dito aqui, uma hora e  
1501 meia, ou um pouquinho menos talvez, sobre a importância do edifício *A Noite*, não só para nós  
1502 da EBC, para nós da Rádio Nacional, mas para nós brasileiros. O departamento de jornalismo  
1503 está preparando algo que efetivamente vai se transformar em uma grande reportagem ao  
1504 término desse processo, o processo não só do tombamento, que para nós começou como um  
1505 trabalho de recuperar essa história para o rádio brasileiro, para o Rio de Janeiro e para o país. A  
1506 Rádio Nacional nesse momento, depois de 76 anos não está trabalhando no prédio *A Noite*  
1507 desde outubro do ano passado, porque efetivamente as condições físicas do prédio não  
1508 permitiam que nós instalássemos uma rádio moderna lá em cima, nós compramos  
1509 equipamentos e transmissores como não acontecia desde a década de 50. Nós temos hoje uma  
1510 rádio absolutamente digital, moderna para ir ao ar, os transmissores foram instalados em Itaoca.  
1511 Lá, estão trabalhando em AM, transmitindo em AM com uma potencia que há mais de 50 anos  
1512 não tínhamos. Íamos instalar dentro do prédio *A Noite* uma rádio completamente nova, digital,  
1513 mas foi impossível, por causa das condições de energia elétrica até de habitabilidade do prédio.  
1514 Esse tombamento vai sem duvida nenhuma refletir em mais atenção para aquele prédio por  
1515 parte da cidade do Rio de Janeiro, por parte de outras autoridades federais, estaduais e também  
1516 municipais e eu tenho certeza que isso vai possibilitar num espaço de tempo muito curto que a  
1517 EBC volte a levar pra Praça Mauá o número 27, o vigésimo sétimo e décimo nono andares a  
1518 Rádio Nacional do Rio de Janeiro e tudo aquilo que EBC produza nas suas oito emissoras de  
1519 rádio que estão todas no ar notadamente no Rio de Janeiro. A rádio MEC também é nossa, a  
1520 primeira rádio do Brasil. A rádio sociedade do Rio de Janeiro se transformou na rádio MEC  
1521 que agora no dia 20 de abril vai fazer 90 anos e também queremos fazer com o prédio da rádio  
1522 MEC senão igual muito parecido, já adianto. E a recuperação desses patrimônios históricos e  
1523 arquitetônico também é a recuperação da história do Brasil. No final desse processo eu espero,  
1524 com a abertura de possibilidades, inclusive financeiras, que a gente consiga algo mais



1525 interessante para Rádio Nacional, um projeto museológico para recuperação daquele espaço  
1526 não só como Rádio, mas como um espaço de convivência e com tudo aquilo que o porto  
1527 maravilha está proporcionando para aquela área do Rio de Janeiro, E a gente vai exhibir isso na  
1528 TV Brasil, nas emissoras de rede pública de televisão, quando a rádio voltar pra Praça Mauá,  
1529 muito obrigado pela sensibilidade do IPHAN com aquilo que é do Brasil. (palmas)". Nada mais  
1530 havendo a tratar, a Presidenta Jurema Machado agradeceu a presença e a contribuição dos  
1531 Conselheiros nos encaminhamentos dos trabalhos da 72ª Reunião do Conselho Consultivo do  
1532 Patrimônio Cultural e encerrou a sessão, da qual, eu, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, lavrei a  
1533 presente Ata, que dou fe e assino, juntamente com a Presidenta e os membros do Conselho.


1534

  
Jurema Machado

  
Jorge Augusto Oliveira Vinhas

1535

1536

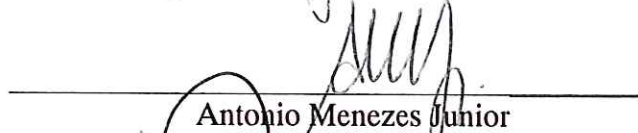
  
Ângela Gutierrez

1537

1538

1539


1540

  
Antonio Menezes Junior

1541

1542

1543

  
Bruno Belo de Almeida Neves

1544

1545

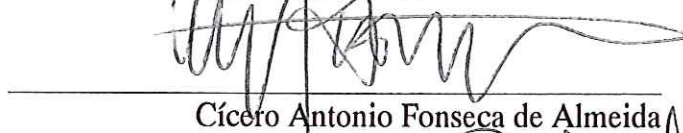
1546

  
Carla Maria Casara

1547

1548

1549

  
Cícero Antonio Fonseca de Almeida

1550

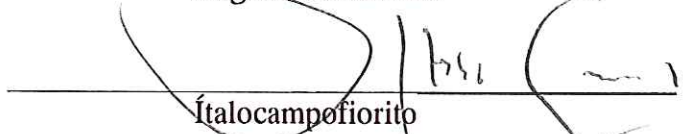
1551

1552

  
Eugênio Ávila Lins

1553

1554

  
Ítalocampofiorito

1555

1556

1557

1558

  
Luiz Felipe de Castro Andrés

1559

1560

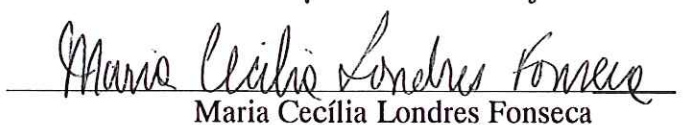
1561

  
Marcos Castrioto Azambuja

1562

1563

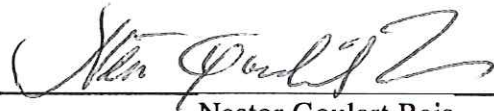
1564

  
Maria Cecília Londres Fonseca

1565  
1566  
1567  
1568  
1569  
1570  
1571  
1572  
1573  
1574  
1575  
1576  
1577  
1578  
1579  
1580  
1581



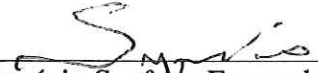
Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira



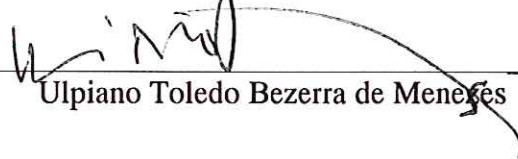
Nestor Goulart Reis



Roque de Barros Laraia



Synézio Scofano Fernando



Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes